



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 45ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**06/12/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 06/12/2012.**

45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 99/2012 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	7
2	RQS 774/2012 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	61

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Jader Barbalho(PMDB)(32)(33)(36)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ 3303-4229	6 João Alberto Souza(PMDB)(21)(22)(23)(30)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 VAGO(19)(39)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim(PTB)(40)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE 5791/5793
Cidinho Santos(PR)(34)(35)	MT 3303-6170/3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (31) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (32) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (33) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
- (34) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDDB nº 192/2012).
- (37) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 191/2012).
- (38) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (39) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (40) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (41) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (42) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 354/2012).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
 SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
 FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 6 de dezembro de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

45ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 22/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 774, de 2012

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), objetivando a conciliação nacional e a paz.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a Mensagem nº 99, de 2012 (Mensagem nº 498, de 5/11/2012, na origem), da Senhora Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.*

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata indicada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascida em Belo Horizonte, em 27 de março de 1954, filha de

José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, a Sra. **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1975 e ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária no ano seguinte. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado de Brasília em 1978 e recebeu o grau de Mestre em Economia pela Universidade de Brasília em 1981. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1995, com a dissertação denominada “O gás nas relações Brasil-Bolívia”.

Ascendeu a Conselheira em 1990; a Ministra de Segunda Classe em 1997; e a Ministra de Primeira Classe em 2006. Sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, em 1988; Coordenadora-Executiva do Gabinete do Ministro de Estado, em 1990; Professora de História das Ideias Políticas no Instituto Rio Branco, em 1992; Subchefe da Secretaria de Imprensa do Gabinete, em 1995; Chefe da Divisão da América Meridional I, em 1996; Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em 1994; e Diretora do Departamento de Organismos Internacionais, em 1996.

No Exterior, exerceu, entre outros, o cargo de Conselheira na Embaixada em La Paz, em 1993; Ministra-Conselheira na Missão junto à ONU, Nova York, em 1999; Embaixadora-Representante Permanente na ONU, em 2007; e Chefe da Delegação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, de 2010 até a presente data.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em

missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas.

A Diplomata indicada é portadora da Medalha da República Oriental do Uruguai; da Ordem do Mérito Militar, do Brasil; da Ordem de Bernardo O' Higgins, do Chile; da Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil; da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; e da Ordem de Rio Branco, do Brasil.

Quanto à República Federal da Alemanha, importa registrar nesse relatório algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A Alemanha, uma república federal parlamentarista, tem população de 81,3 milhões de habitantes (estimativa para julho de 2012) numa área de 357 mil km². Seu produto interno bruto PPP é de 3,08 trilhões de dólares, o que lhe proporciona um PIB per capita PPP de 37,935 mil dólares (dados de 2011).

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é sólido e denso. Há ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais, como em temas relacionados ao meio ambiente e à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O tom do relacionamento é positivo, inexistindo problemas significativos entre os dois países.

No cenário de uma União Europeia em severa crise

econômica, percebe-se recrudescimento da influência alemã na tomada de decisões do continente. A pujança da economia alemã tem fortalecido sua voz em assuntos não apenas econômicos, mas também no cenário político internacional.

O processo de fortalecimento da Alemanha e de enfraquecimento de seu entorno tem motivado o Governo alemão a iniciar movimentos visando a restabelecer prioridades em sua política externa. Destaca-se, nesse contexto, a relevância conferida à América Latina e, especialmente, ao Brasil.

As relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha são exemplo de investimento e integração, por parte de empresas de um país industrializado, no sistema produtivo de um país em desenvolvimento. A estabilidade econômica e política apresentada pelo Brasil e o dinamismo de nossa economia abrem espaço para aprimorar essa relação, principalmente pela agregação de valor aos produtos e processos gerados no Brasil e o consequente ganho de competitividade nos mercados internacionais.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos tradicionais parceiros da Alemanha na Europa e na América do Norte têm reforçado o interesse daquele país no aprofundamento dos laços com grandes países em desenvolvimento, como o Brasil.

Com efeito, em 2010, as exportações alemãs para os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) aumentaram 36% em comparação com o ano anterior, taxa consideravelmente superior ao aumento verificado nas vendas alemãs para as demais economias da Zona

do Euro (14,3%) e para os demais países-membros da UE (18%). Em 2011, os mercados emergentes figuraram, igualmente, como os destinos mais dinâmicos para as exportações alemãs. A China, por exemplo, já é o quinto maior mercado para os exportadores da Alemanha e há previsões de que o país asiático se torne o segundo maior comprador de produtos alemães em 2012.

As exportações para os grandes países em desenvolvimento desempenharam papel-chave na recuperação da economia alemã da crise financeira internacional de 2008/2009. Com uma economia robusta e inovadora, cada vez mais dissociada do desempenho menos dinâmico de seus vizinhos europeus (recente relatório da OCDE previu, por exemplo, que, a despeito das dificuldades dos demais países europeus, deve haver crescimento do PIB alemão de 0,5% em 2012 e de 1,9% em 2013), a Alemanha tem, no Brasil, um dos caminhos alternativos mais promissores à luz das incertezas nos tradicionais mercados para suas exportações.

A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil após a China, Estados Unidos e Argentina, com intercâmbio de US\$ 24,3 bilhões em 2011, o que representou aumento de 17,2% em relação aos valores do ano anterior. O dinamismo das trocas bilaterais fica mais evidente ao ter-se em conta que, nos últimos cinco anos, a corrente de comércio entre os dois países aumentou 52,7%.

Pelo lado da oferta, as exportações brasileiras para a Alemanha registraram crescimento de 11,1% no último ano e ultrapassaram o inédito patamar de US\$ 9 bilhões. Nessas condições, a Alemanha figurou como o sexto mercado para as exportações brasileiras. No âmbito da União

Europeia, a Alemanha foi o segundo destino para os produtos brasileiros (após a Holanda), absorvendo 17,1% do total das vendas brasileiras para aquele bloco em 2011.

A pauta das exportações brasileiras vem mostrando tendência à concentração em produtos de menor valor agregado. Em 2011, segundo dados preliminares do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os produtos primários detiveram participação de 55% no total das exportações, ao passo que a participação dos itens manufaturados limitou-se a 34%. A pauta mostrou-se, ainda assim, bastante diversificada, tanto em número de produtos como em relação à quantidade de empresas brasileiras exportadoras.

No tocante à sua estrutura, os cinco principais grupos de produtos da pauta exportada pelo Brasil para a Alemanha, em 2011, foram os seguintes: minérios (21,6% do total); café (18,8%); máquinas e aparelhos mecânicos (9,1 %); ferro fundido e aço (8,2%); e farelo de soja (6,4%). Os embarques de café registraram expansão de US\$ 540 milhões relativamente ao ano de 2010.

As importações brasileiras originárias da Alemanha, por sua vez, atingiram US\$15,2 bilhões, em 2011, o que significou expansão de 21,2% em relação aos dados do ano de 2010. Com esta cifra, a Alemanha ocupou a quinta posição entre fornecedores brasileiros, após os Estados Unidos, China e Argentina. A Alemanha foi o principal fornecedor do Brasil no âmbito da União Europeia, responsabilizando-se por 32,8% do total das aquisições brasileiras originárias do bloco.

A pauta adquirida do mercado alemão tem-se concentrado em produtos manufaturados, segmento que representou, em 2011, 95% do total das importações brasileiras originárias da Alemanha. Foram os seguintes os cinco principais grupos de mercadorias adquiridas pelo Brasil da Alemanha, em 2011: máquinas e aparelhos mecânicos (28,9% do total); veículos e autopeças (14,1%); máquinas e instrumentos elétricos (9,1%); produtos farmacêuticos (7,6%); e produtos químicos orgânicos (7,3%).

Desde 1992, o comércio bilateral tem sido superavitário para a Alemanha. Em 2011, o déficit contabilizado pelo Brasil no comércio bilateral foi de US\$ 6,2 bilhões – o terceiro maior das transações comerciais brasileiras no ano.

Os ingressos de investimento da Alemanha no Brasil, entre 2001 e novembro de 2011, somaram cerca de US\$ 11 bilhões, segundo dados do Banco Central. Os principais setores de destino de investimento alemão são: fabricação de produtos químicos, automóveis, componentes automotivos, eletrodomésticos, construção de edifícios, energia e serviços financeiros (resseguros).

Estima-se que cerca de 1.200 empresas alemãs estejam instaladas no Brasil, o que representa o maior parque industrial alemão fora da Alemanha. Calcula-se, ainda, que a contribuição dessas empresas para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro corresponda a, aproximadamente, 8%.

O Brasil, por sua vez, investiu cerca de US\$ 370 milhões na Alemanha entre 2006 e 2010, último ano em que o Banco Central registra

ingresso de investimento brasileiro no país. Entre as empresas brasileiras mais importantes com atuação na Alemanha estão a Sabó, fabricante de componentes automotivos, e a Magnesita, empresa de mineração e processamento de refratários.

Brasil e Alemanha têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem alemã e a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades alemãs. Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 99, DE 2012
(nº 498/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Os méritos da Senhora Maria Luiza Ribeiro Viotti que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, which appears to be 'Henrique Américo', written over a horizontal line.

EM Nº 00322 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

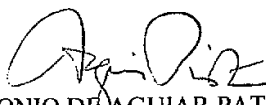
Brasília, 30 de outubro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00322/2012 MRE

Brasília, 30 de Outubro de 2018

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**

CPF.: 132.094.506-68

ID.: 6228 MRE

1954 Filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, nasce em 27 de março, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

- 1975 CPCD - IRBr
- 1978 Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
- 1981 Mestre em Economia pela Universidade de Brasília
- 1982 CAD - IRBr
- 1995 CAE - IRBr, O Gás nas Relações Brasil-Bolívia

Cargos:

- 1976 Terceira-Secretária
- 1979 Segunda-Secretária
- 1984 Primeira-Secretária, por merecimento
- 1990 Conselheira, por merecimento
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
- 2006 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1976 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1979 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1985 Missão junto à ONU, Nova York, Primeira-Secretária
- 1988 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assessora
- 1989 VIII Reunião da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Austrália, Chefe de delegação
- 1990 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenadora-Executiva
- 1992 Instituto Rio Branco, Professora de História das Ideias Políticas
- 1993 Embaixada em La Paz, Conselheira
- 1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete, Subchefe
- 1996 Divisão da América Meridional I, Chefe
- 1997-1998 Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação
- 1999 Missão junto à ONU, Nova York, Ministra-Conselheira
- 2000 Comissão de População e Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2000 Comissão de Desenvolvimento Social, Chefe de delegação
- 2000-2003 Junta Executiva do UNICEF, Chefe de delegação
- 2001 Segunda Sessão Substantiva de Implementação da Cúpula da Criança, Chefe de delegação
- 2001 Comissão sobre a Situação da Mulher, Chefe de delegação
- 2001-2003 Junta Executiva do PNUD, Chefe de delegação
- 2001 Comitê Preparatório da Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2001 Comitê Intersessional do Foro de Ministros da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente, Cidade do México, Chefe de delegação
- 2003 Forum Permanente sobre Assuntos Indígenas, Chefe de delegação
- 2003 Comissão sobre População e Desenvolvimento, Chefe de delegação
- 2007 Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz, Presidente
- 2010 Conselho de Segurança da ONU, Chefe da Delegação do Brasil

Condecorações:

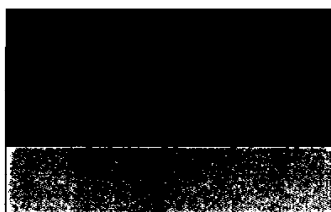
- 1992 Medalha da República Oriental do Uruguai, Oficial
- 1997 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1997 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
- 1997 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1998 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2004 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
- 2006 Departamento de Organismos Internacionais, Diretora
- 2007 Missão do Brasil junto à ONU, Embaixadora, Representante Permanente

Publicações:

- 10/12/2000 As Relações Brasil-Bolívia sob o Signo da Cooperação Energética (1920-1990), in **SESSENTA ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1930-1990 - vol. 3**, José Augusto Guilhaon Albuquerque (organizador), Editora da USP, São Paulo



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2012

ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS	3
II. PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
III. RELAÇÕES BILATERAIS	7
1) ASPECTOS GERAIS	7
2) CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)	7
2.1 – C,T&I	7
2.2 CeBIT	9
2.3 Ciência sem Fronteiras (CsF)	10
2.4 Cooperação com a Sociedade Fraunhofer	10
3) RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	11
3.1 Encontro Econômico Comercial Brasil-Alemanha	11
3.2 Comércio	12
3.3 Investimentos	13
3.4 Infraestrutura	17
4) ENERGIA	18
4.1 Quadro na Alemanha	18
4.2 Energias Renováveis	19
4.3 Energias Não Renováveis	20
5) OUTROS TEMAS DA AGENDA BILATERAL	21
5.1 Temporada da Alemanha no Brasil 2013/2014	21
5.2 Empréstimos e Financiamentos Oficiais	21
5.3 Assuntos Consulares	21
IV. POLÍTICA INTERNA	22
V. POLÍTICA EXTERNA	24
VI. ECONOMIA E COMÉRCIO.....	31
COMÉRCIO	32
INVESTIMENTOS	34
VII. ANEXOS.....	35
X. DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	42

I. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357 mil km ² (equivalente à superfície do Estado de Goiás). Florestas cobrem 29% da superfície territorial.
POPULAÇÃO	81,30 milhões (jul/2012) (cerca de 7,2 milhões de estrangeiros)
IDIOMA	Alemão
RELIGIÕES	Protestantismo (33%), catolicismo (32%), islamismo (4%); sem religião (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista federal
PODER LEGISLATIVO	Bicameral – <i>Bundesrat</i> (Conselho Federal) e <i>Bundestag</i> (Assembleia Federal)
CHEFE DE ESTADO	Joachim Gauck (sem partido) (desde março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Angela Merkel (CDU), desde 2005 (reeleita em setembro de 2009); Vice-Chanceler: Philip Rösler (FDP)
MINISTRO DO EXTERIOR	Guido Westerwelle (FDP) (desde outubro de 2009)
PIB NOMINAL (2011, estimativa FMI)	US\$ 3,6 trilhões Brasil: US\$ 2,5 trilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US\$ 44.555,00 Brasil: US\$ 12.917,00
PIB PPP (2011)	US\$ 3,08 trilhões Brasil: US\$ 2,3 trilhões
PIB PER CAPITA PPP (2011)	US\$ 37.935,00 Brasil: US\$ 11.846,00
VARIAÇÃO DO PIB (estimativa FMI)	3% (2011); 3,5% (2010); -5% (2009); 0,8% (2008)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
IDH	0,905/9º (Brasil: 0,718/84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,875 milhões
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS	65.400 brasileiros
EMBAIXADOR EM BERLIM	Everton Vieira Vargas
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Wilfried Grolig

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhões) Fonte: MDIC

BRASIL ↔ ALEMANHA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	6.958,9	7.344,3	9.118,3	11.176,8	12.194,3	15.880,4	20.877,5	16.043,5	20.691,0	24.251,9
Exportações	2.539,9	3.140,3	4.046,5	5.032,3	5.691,0	7.211,4	8.850,8	6.174,9	8.138,5	9.039,0
Importações	4.419,0	4.204,0	5.071,8	6.144,5	6.503,3	8.669,1	12.026,7	9.868,5	12.552,5	15.212,8
Saldo	-1.879,0	-1.063,7	-1.025,2	-1.112,1	-812,2	-1.457,7	-3.175,9	-3.693,5	-4.414,0	-6.173,7

II. PERFIS BIOGRAFICOS

Angela Merkel
Chanceler Federal
(Chefe de Governo)

Nasceu em Hamburgo, em 17 de julho de 1954. Em 1978, formou-se em Física pela Universidade de Leipzig.

Ingressou na política em 1989, após a queda do Muro de Berlim. Filiou-se à União Democrata Cristã (CDU), de centro-direita, em 1990. Nesse ano, foi eleita pelo Estado de Mecklemburgo-Pomerânia-Occidental, com 49,3% dos votos.

Entre 1991 e 1994, foi Ministra para as Mulheres e a Juventude. Entre 1994 e 1998, foi Ministra do Meio Ambiente, da Preservação da Natureza e da Segurança Nuclear. No triênio 1998-2000, foi Secretária-Geral da CDU. Desde 2000, é Presidenta do partido.

Em 2005, assumiu o cargo de Chanceler Federal (Chefe de Governo). Nas eleições de 2009, foi reconfirmada no cargo, após seu partido ter obtido 33,8% dos votos válidos.

Joachim Gauck
Presidente Federal
(Chefe de Estado)

Nasceu em Rostock, na então República Democrática Alemã (“Alemanha Oriental”), em 24 de janeiro de 1940. Formou-se em teologia, em 1965, e, em 1970, tornou-se pastor da Igreja Evangélica Luterana. Entre 1982 e 1992, foi o principal líder da Igreja no Estado de Mecklemburgo.

Gauck teve um papel ativo no processo da reunificação alemã, tornando-se figura central em protestos pacíficos que levaram à queda do muro de Berlim em 1990. Desde então, tem sido político sem partido e publicista, tendo um papel de relevo como gestor do arquivo deixado pela Stasi, a extinta polícia política da Alemanha Oriental.

Em 2010, foi candidato a Presidente da República – cargo essencialmente protocolar –, tendo perdido por poucos votos para Christian Wulff. Em 2012, após a renúncia deste último, candidatou-se novamente e, com amplo apoio de diversos partidos, assumiu a Presidência do país.

Guido Westerwelle
Ministro do Exterior

O Ministro do Exterior, Guido Westerwelle, é o principal promotor de uma mudança de enfoque na política externa alemã, que, sem romper as alianças tradicionais, amplie o espaço de manobra do país. Westerwelle tem destacado a emergência de novos atores internacionais (sempre singularizando o Brasil). O Ministro vê esses países como potenciais parceiros da Alemanha na construção de nova ordem mundial.

Westerwelle nasceu em 27 de dezembro de 1961, nos arredores de Bonn. Formou-se em Direito, em 1991, pela Universidade de Bonn. Doutorado-se em Direito pela Universidade Livre de Hagen, em 1994.

Aos 19 anos, filiou-se ao Partido Democrático Liberal (FDP), cuja ala jovem ajudou a fundar. Ocupou, de 1994 a 2001, a Secretaria-Geral do Partido. Em 2001, assumiu a Presidência do FDP.

Em 2009, FDP e a CDU (partido da Chanceler Merkel) articularam nova coalizão, facultando segundo mandato à Chanceler Angela Merkel, que nomeou Westerwelle Ministro do Exterior e Vice-Chanceler.

Em 2011, a decisão alemã de não participar da ofensiva da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) na Líbia desencadeou onda de críticas, o que, juntamente com derrotas eleitorais do FDP em Baden-Württemberg, Hamburgo, Schleswig-Holstein, Renânia-Palatinado e Bremen, forçou-a a renunciar à Presidência do Partido e ao cargo de Vice-Chanceler.

III. RELAÇÕES BILATERAIS

1) Aspectos gerais

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é sólido e denso. Há ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais, como o meio ambiente e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O tom do relacionamento é positivo, inexistindo problemas significativos entre os dois países.

À luz de uma União Europeia em severo cenário de crise econômica, percebe-se um recrudescimento da influência alemã na tomada de decisões do continente. A pujança da economia alemã tem fortalecido sua voz em assuntos não apenas econômicos, mas também no cenário político internacional.

O processo de fortalecimento da Alemanha e de enfraquecimento de seu entorno tem motivado o Governo alemão a iniciar movimentos visando a reestabelecer prioridades em sua política externa. Destaca-se, nesse contexto, a relevância conferida à América Latina, especialmente ao Brasil.

A visita da Presidenta Dilma Rousseff à Alemanha, em março deste ano, foi oportunidade para o Brasil dinamizar as relações com a Alemanha nos temas abrangidos pela Parceria Estratégica bilateral, com destaque à vertente econômico-comercial, fundamentada nos eixos de inovação e de pequenas e médias empresas (PMEs). Ademais, a Senhora Presidenta da República manifestara, por ocasião de seu encontro com o Presidente alemão Christian Wulff, em maio de 2011, o interesse brasileiro em alçar o relacionamento político entre os dois países à mesma intensidade que caracteriza as relações bilaterais no campo econômico.

2) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

2.1 – CT&I

O setor de CT&I é pedra angular da Parceria Estratégica bilateral. O Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010/2011, encerrado em abril de 2011, foi decisivo para o adensamento da ação conjunta Brasil-Alemanha na área de CT&I.

Como resultados concretos do Ano, podem-se ressaltar: (i) a criação do Centro Alemão de Inovação e Ciência, em São Paulo (inaugurado em 14 de fevereiro de 2012); (ii) a assinatura de convênio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com a Sociedade Fraunhofer, com vistas à avaliação e certificação das instituições que comporão a Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação (EMBRAPII); e (iii) a oficina de trabalho “Inovação e Oportunidades para Projetos de Cooperação entre o Brasil e a Alemanha”, realizada no Brasil, nos dias 19 e 20 de agosto de 2011, na sede do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Estão em andamento estudos de viabilidade propostos pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) nas áreas de próteses ortopédicas e projeto para implantação, no Brasil, de cadeia produtiva para exploração de metais de terras raras.

Há grande potencial no desenvolvimento da ação conjunta em áreas como semicondutores, próteses ortopédicas, fármacos, nanotecnologia aplicada à indústria de cosméticos, energia verde, medicamentos fitoterápicos e terras-raras.

O Ministro do Exterior, Guido Westerwelle, inaugurou, em 14 de fevereiro passado, em São Paulo, o Centro Alemão de Ciência e Inovação, que deverá dinamizar a cooperação bilateral nas áreas citadas. No campo da química “verde”, cabe ressaltar a

realização de projeto de cooperação em pesquisa e inovação na área de biocombustíveis avançados entre o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e o Instituto Max Planck para Fisiologia Molecular das Plantas.

A área de proteção e uso sustentável das florestas tropicais da Amazônia é um campo com grande potencial na cooperação em CT&I entre o Brasil e a Alemanha. Em junho de 2011, realizou-se, em Belém, evento no âmbito do Programa Novas Parcerias: Cooperação Acadêmica e Técnica entre o Brasil e a Alemanha (NoPa). Em outubro de 2011, foram aprovadas sete propostas de projetos de pesquisa no âmbito do NoPa, na área de energias renováveis e eficiência energética e na área de proteção e gestão sustentável das florestas tropicais.

Em junho de 2011, missão da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) realizou visita a Berlim para reunir-se com interlocutores da Associação das Câmaras de Indústria e Comércio da Alemanha (DIHK), do Ministério da Economia e Tecnologia e da Federação das Indústrias Alemãs (BDI), visando à realização de levantamento sobre a experiência e as práticas alemãs no que tange à implementação de suas políticas industrial e de inovação tecnológica.

Em agosto de 2011, o Presidente da Fundação Alemã para Pesquisa Científica (*Deutsche Forschungsgemeinschaft* - DFG) realizou visita a Brasília, ocasião em que se reuniu, na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o seu Presidente, Professor Jorge Guimarães, com o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Doutor Glaucius Oliva, e com o Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais daquela Coordenação (DRI/CAPES). O encontro teve por objetivo principal discutir a segunda fase da Iniciativa Brasil-Alemanha para Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura, que dará continuidade aos 16 projetos em andamento, além de avaliá-los e renová-los. Em dezembro de 2011, a CAPES lançou novo edital para apoiar, com a DFG, projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e alemães no âmbito da referida Iniciativa. Esse edital contempla processos e meios de fabricação, montagem e produção, novos materiais, nanotecnologia, eficiência energética dos processos, logística, metrologia e qualidade e outras tecnologias avançadas.

2.2 CeBIT

A CeBIT (*Centrum für Büroautomation, Informationstechnologie und Telekommunikation*) é a maior feira mundial no setor de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) e plataforma importante para a promoção dos negócios e do *match-making* empresarial no setor das tecnologias da informação e das

comunicações. A edição de 2012 teve lugar em Hannover, entre os dias 6 e 10 de março de 2012. O país-tema da feira, este ano, foi o Brasil. A CeBIT 2012 contou com a participação de mais de quatro mil expositores de 70 países e cerca de 350 mil visitantes.

A Presidenta Dilma Rousseff participou da abertura da edição deste ano da feira CeBIT. A participação do Brasil como país-tema da feira representou oportunidade relevante para a promoção de novos negócios e para a criação de novas formas de parceria, como *joint-ventures* e iniciativas de pesquisa conjunta, especialmente entre as pequenas e médias empresas (PMEs). Segundo a Deutsche Messe, entidade que organizou o evento, 75% dos expositores da CeBIT foram PMEs.

Ao contribuir para aumentar a relevância de um setor de alta tecnologia como o de TICs na parceria econômica bilateral, a CeBIT 2012 contribuiu para revitalizar as relações entre o Brasil e a Alemanha, reforçando o seu caráter estratégico.

Estiveram presentes na CeBIT representantes das seguintes empresas e instituições brasileiras: APEX (Associação Internacional da Programação Existencial), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CNI (Confederação Nacional da Indústria), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CPqD (Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Empresarial), MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), Ministério das Comunicações, MRE (Ministério das Relações Exteriores), MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Núcleo de Gestão do Porto Digital de Recife, Padtec S.A. (Produtos de Alto Desafio Tecnológico), Receita Federal do Brasil, SAP Brasil (subsidiária da SAP AG, "*Systems, Applications and Products in Data*"), SOFTEX (Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

2.3 Ciência sem Fronteiras (CsF)

Há grande engajamento do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) e do Governo alemão como um todo no programa Ciência sem Fronteiras (CsF). A cooperação CAPES/DAAD tem sido bastante estreita e eficaz. Já estão garantidas cerca de 2.600 vagas para bolsistas brasileiros em instituições alemãs. A procura, no Brasil, tem sido alta – até agora, foram cerca de 15.000 inscrições. O primeiro edital para a seleção de bolsistas para a Alemanha foi publicado no dia 16 de dezembro de 2011 – a chegada dos primeiros alunos deu-se no início do 2º semestre letivo de 2012. Outras negociações estão em curso para acelerar o processo e aumentar a participação da Alemanha no CsF.

A Alemanha deve receber cerca de 10.000 estudantes brasileiros até 2014. O CsF prevê também bolsas para pesquisadores alemães no Brasil.

O programa Ciência sem Fronteiras contempla, para além das ações governamentais, a participação do setor privado. A BDI (Federação da Indústria Alemã) manifestou, em fins de outubro de 2011, interesse em participar do Ciência sem Fronteiras, de modo que estudantes brasileiros que estejam na Alemanha no âmbito do CsF possam cumprir estágios em empresas alemãs.

2.4 Cooperação com a Sociedade Fraunhofer

Desde a visita do Ministro Aloizio Mercadante (então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação) à Alemanha, em abril de 2011, por ocasião do encerramento do Ano Brasil-Alemanha de CT&I, houve grande impulso à cooperação com a Sociedade Fraunhofer – instituição conhecida por seu sistema de gestão da inovação e de promoção da competitividade global da indústria alemã, inclusive das pequenas e médias empresas (26 de seus 70 institutos já apresentam alguma forma de cooperação com o Brasil).

O anúncio da criação da EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação), logo depois da visita do Ministro Mercadante, e a clara inspiração do novo órgão na Sociedade Fraunhofer, demonstraram que o Brasil pode angariar benefícios significativos a partir de parcerias bilaterais nesse setor.

Em 10 de janeiro deste ano, foi assinado convênio do MCTI com a Fraunhofer, com vistas à avaliação e certificação das instituições que comporão a EMBRAPII.

3) Relações Econômicas

As relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha são exemplo de investimento e integração, por parte de empresas de um país industrializado, no sistema produtivo de um país em desenvolvimento. A estabilidade econômica e política apresentada pelo Brasil e o dinamismo de nossa economia abrem espaço para aprimorar essa relação, principalmente por meio da agregação de valor aos produtos e processos gerados no Brasil e o consequente ganho de competitividade nos mercados internacionais.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos tradicionais parceiros da Alemanha na Europa e na América do Norte têm reforçado o interesse daquele país no aprofundamento dos laços com grandes países em desenvolvimento, como o Brasil. Com efeito, em 2010, as exportações alemãs para os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) aumentaram 36% em comparação com o ano anterior, taxa consideravelmente superior ao aumento verificado nas vendas alemãs para as

demais economias da Zona do Euro (14,3%) e para os demais países-membros da UE (18%). Em 2011, os mercados emergentes figuraram, igualmente, como os destinos mais dinâmicos para as exportações alemãs. A China, por exemplo, já é o quinto maior mercado para os exportadores da Alemanha e há previsões de que o país asiático se torne o 2º maior comprador de produtos alemães em 2012.

As exportações para os grandes países em desenvolvimento desempenharam papel-chave na recuperação da economia alemã da crise financeira internacional de 2008/2009. Com uma economia robusta e inovadora, cada vez mais dissociada do desempenho menos dinâmico de seus vizinhos europeus (recente relatório da OCDE previu, por exemplo, que, a despeito das dificuldades dos demais países europeus, deve haver crescimento do PIB alemão de 0,5% em 2012 e de 1,9% em 2013), a Alemanha tem, no Brasil, um dos caminhos alternativos mais promissores à luz das incertezas nos tradicionais mercados para suas exportações.

3.1 Encontro Econômico Comercial Brasil-Alemanha

Considerado o mais relevante acontecimento da agenda bilateral entre os dois países, o Encontro consiste na realização da Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e do Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, com rodadas de negócios e *workshops* abertos aos participantes.

A programação das últimas edições, em Frankfurt (julho de 2012) e no Rio de Janeiro (setembro de 2011), abrangeram discussões sobre as seguintes áreas: cooperação em inovação e em pesquisa e desenvolvimento; iniciativas no campo da logística para o comércio e integração; oportunidades no setor de energia renovável e não renovável; investimentos na área da saúde; mobilidade urbana; cooperação entre pequenas e médias empresas; investimentos em infraestrutura de grandes eventos.

3.2 Comércio

A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil após a China, Estados Unidos e Argentina, com intercâmbio de US\$ 24,3 bilhões em 2011, o que representou aumento de 17,2% em relação aos valores do ano anterior. O dinamismo das trocas bilaterais fica mais evidente ao ter-se em conta que, nos últimos cinco anos, a corrente de comércio entre os dois países aumentou 52,7%.

Pelo lado da oferta, as exportações brasileiras para a Alemanha registraram crescimento de 11,1% no último ano e ultrapassaram o inédito patamar de US\$ 9,0 bilhões. Nessas condições, a Alemanha figurou como o sexto mercado para as exportações brasileiras. No âmbito da União Europeia, a Alemanha foi o segundo destino para os produtos brasileiros (após a Holanda), absorvendo 17,1% do total das vendas brasileiras para aquele bloco em 2011.

A pauta das exportações brasileiras vem mostrando tendência à concentração em produtos de menor valor agregado. Em 2011, segundo dados preliminares do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os produtos primários detiveram participação de 55% no total das exportações, ao passo que a participação dos itens manufaturados limitou-se a 34%. A pauta mostrou-se, ainda assim, bastante diversificada, tanto em número de produtos como em relação à quantidade de empresas brasileiras exportadoras.

No tocante à sua estrutura, foram os seguintes os cinco principais grupos de produtos da pauta exportada pelo Brasil para a Alemanha, em 2011: minérios (21,6% do total); café (18,8%); máquinas e aparelhos mecânicos (9,1%); ferro fundido e aço (8,2%); e farelo de soja (6,4%). Os embarques de café registraram expansão de US\$ 540 milhões relativamente ao ano de 2010.

As importações brasileiras originárias da Alemanha, por sua vez, atingiram US\$ 15,2 bilhões, em 2011, o que significou expansão de 21,2% em relação aos dados do ano de 2010. Com esta cifra, a Alemanha ocupou a quarta posição entre fornecedores brasileiros, após os Estados Unidos, China e Argentina. A Alemanha foi o principal fornecedor do Brasil no âmbito da União Europeia, responsabilizando-se por 32,8% do total das aquisições brasileiras originárias do bloco.

A pauta adquirida do mercado alemão tem-se concentrado em produtos manufaturados, segmento que representou, em 2011, 95% do total das importações brasileiras originárias da Alemanha. Foram os seguintes os cinco principais grupos de mercadorias adquiridas pelo Brasil da Alemanha, em 2011: máquinas e aparelhos mecânicos (28,9% do total); veículos e autopeças (14,1%); máquinas e instrumentos elétricos (9,1%); produtos farmacêuticos (7,6%); e produtos químicos orgânicos (7,3%).

Desde 1992, o comércio bilateral tem sido superavitário para a Alemanha. Em 2011, o déficit contabilizado pelo Brasil no comércio bilateral foi de US\$ 6,2 bilhões – o terceiro maior das transações comerciais brasileiras no ano.

3.3 Investimentos

Os ingressos de investimento da Alemanha no Brasil, entre 2001 e novembro de 2011, somaram cerca de US\$ 11 bilhões, segundo dados do Banco Central. Os principais setores de destino de investimento alemão são: fabricação de produtos químicos, automóveis, componentes automotivos, eletrodomésticos, construção de edifícios, energia e serviços financeiros (resseguros).

Estima-se que cerca de 1.200 empresas alemãs estejam instaladas no Brasil, o que representa o maior parque industrial alemão fora da Alemanha. Calcula-se, ainda, que a contribuição dessas empresas para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro corresponda a, aproximadamente, 8%.

O Brasil, por sua vez, investiu cerca de US\$ 370 milhões na Alemanha entre 2006 e 2010, último ano em que o Banco Central registra ingresso de investimento brasileiro no país. Entre as empresas brasileiras mais importantes com atuação na Alemanha estão a Sabó, fabricante de componentes automotivos, e a Magnesita, empresa de mineração e processamento de refratários.

Entre as iniciativas de ampliação do investimento bilateral, cabe destacar os Encontros Econômico-Comerciais Brasil-Alemanha, realizados em frequência anual, organizados pela Federação das Indústrias Alemãs (BDI) juntamente com sua congênera no Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Empresas Alemãs no Brasil

Dentre as principais empresas alemãs no Brasil estão:

VOLKSWAGEN: Presente no Brasil desde 1953, a Volkswagen está entre as cinco maiores empresas do País, com participação de cerca de 20% no mercado brasileiro de automóveis, e cinco fábricas no país, em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

SIEMENS: O conglomerado de engenharia elétrica e eletrônica instalou-se no Brasil em 1905. Em 2010, anunciou plano de investimentos de US\$ 600 milhões no País até 2016, alocados em pesquisa e desenvolvimento e na expansão da capacidade produtiva das fábricas brasileiras. A empresa também tenciona atuar como fornecedora de produtos e tecnologias para a exploração das jazidas de petróleo e gás do pré-sal, e planeja investir US\$ 50 milhões na instalação de laboratório de pesquisa no parque tecnológico da Ilha do Fundão, da UFRJ.

THYSSENKRUPP: O grupo tem 22 subsidiárias no Brasil, atuando no fornecimento de peças à indústria automobilística e de motores, produção de componentes de elevadores, serviços para a indústria petroquímica e de alumínio e extração de minério de ferro. Atualmente, em parceria com a Vale, participa da construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Sepetiba, considerada o maior investimento alemão em curso no Brasil (em torno de 6 bilhões de euros).

DAIMLER-BENZ/MERCEDES: Instalada no Brasil desde 1953, a empresa tem três fábricas no Brasil, nas quais produz caminhões, ônibus e motores industriais.

WOBEN WINDPOWER: Subsidiária da alemã Enercon, fabrica aerogeradores (turbinas eólicas) na sua fábrica em Pecém, no Ceará. É também produtora independente de energia elétrica, oriunda de fonte eólica, com 4 usinas próprias em operação.

LINDE: Fabricante de gases industriais, fez investimento de US\$ 312 milhões, entre 2007 e 2010, no Brasil.

BAYER: Anunciou investimentos de US\$ 100 milhões no Brasil, na expansão da capacidade produtiva de suas fábricas e em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Prevê instalação de laboratórios orientados à pesquisa em segurança alimentar e no controle de qualidade de sementes produzidas no País.

VOITH PAPER: Divisão de máquinas e equipamentos para o mercado de papel e celulose do Grupo Voith, dispõe de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias no Brasil.

KUEHNE + NAGEL: Grupo alemão que atua no setor de logística, adquiriu a empresa de transporte e logística Eichenberg, sediada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

E.ON: Empresa de geração de energia elétrica, firmou, em janeiro de 2012, acordo com a MPX, do Grupo Eike Batista, para formação de *joint-venture* que deverá originar a maior empresa privada de energia do Brasil. O acordo prevê que a elétrica alemã assumirá participação de 10% na MPX e que a *joint-venture* atuará em projetos de geração de energia térmica e renovável no Brasil e no Chile.

SIG COMBIBLOC: Deu início à construção, em 2011, de sua primeira fábrica de embalagens longa vida no Brasil, em Campo Largo, no Paraná, com investimento total estimado em 90 milhões de euros.

MELITTA: Produtor de café e de coadores de café, dispõe de três unidades fabris, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

EADS: Empresa da área aeroespacial e de defesa, cujo principal acionista é a empresa alemã Daimler, mantém investimentos há 30 anos no Brasil, tendo iniciado sua presença por meio da Helibras, fabricante de helicópteros. Atua no país através da EADS Brasil e da EADS Secure Networks Brasil. É acionista da Equatorial Sistemas, fornecedora de equipamentos para o programa de satélites sino-brasileiro.

BASF S.A.: No Brasil desde 1911, a Basf tem nove fábricas no País, que produzem uma ampla gama de produtos químicos e plásticos.

ROBERT BOSCH LTDA.: Presente no Brasil desde 1954, a empresa soma nove fábricas e 12 unidades de negócios, e comercializa equipamentos e sistemas automotivos, ferramentas elétricas, aquecedores de água a gás, eletrodomésticos, sistemas de segurança, máquinas de embalagem e automação industrial.

LANXESS ELASTÔMEROS DO BRASIL S/A: Atuante no ramo de especialidades químicas, tem unidades produtivas em seis cidades do País, e assumiu o controle da Petroflex em 2008, alterando o nome da companhia para Lanxess Elastômeros.

MAHLE METAL LEVE S.A.: Fabricante de autopeças, pertencente à alemã Mahle-Cofap, a empresa tem oito fábricas no Brasil, fornecendo componentes para empresas como Volkswagen, Audi, BMW, entre outras de grande porte.

EVONIK DEGUSSA: Indústria química sediada em Düsseldorf, fornece insumos para setores industriais relacionados a papel e celulose, agricultura, reflorestamento, borracha, tintas e vernizes, construção civil, fraldas descartáveis e tratamento de água, e possui unidades industriais em seis cidades do Brasil.

MERCK: Empresa do segmento farmacêutico, desenvolve terapias com medicamentos biotecnológicos, de prescrição e de consumo. Atua no tratamento do câncer, esclerose múltipla, fertilidade, endocrinologia, problemas metabólicos, vitaminas entre outras. Faz parte do grupo Merck KGaA com matriz em Darmstadt, Alemanha.

VOITH: Empresa dos setores de energia e fabricação de papel, instalou a primeira fábrica no Brasil em 1964. Suas quatro divisões operam no fornecimento de máquinas e equipamentos para a indústria de papel; fornecimento de turbinas e geradores de energia elétrica, em *joint-venture* com a Siemens; produtos e serviços para a transmissão mecânica de potência; e prestação de serviços especializados para plantas industriais.

STIHL: Fabricante de ferramentas motorizadas, a empresa instalou unidade produtiva no Brasil em 1975, no Rio Grande do Sul.

COGNIS BRASIL: Fabricante de substâncias químicas especializadas, a empresa fundou complexo industrial no Brasil em 1958, em São Paulo.

KSB: Presente no Brasil desde 1954, a empresa, produtora de bombas hidráulicas, mantém fundição e fábrica em São Paulo.

FABER CASTELL: A principal subsidiária do grupo, sediado em Stein, Alemanha, está no Brasil, contando com três unidades produtivas, fabricantes de lápis e produtos plásticos, além de áreas florestais e de plantio, empregando cerca de 2.700 pessoas.

Empresas Brasileiras na Alemanha

Dentre as principais empresas brasileiras na Alemanha estão:

SABÓ: Fabricante de peças de vedação para motores de carros, a empresa, que detém atualmente 70% do mercado brasileiro do setor, adquiriu, em 1993, a Kaco, segunda maior fabricante alemã de vedações, com três plantas no país.

VIPAL: A empresa, sediada no Rio Grande do Sul, atua na fabricação de produtos para reforma de pneus. Mantém centro de distribuição em Hamburgo.

MAGNESITA: Empresa de mineração, produção e comercialização de materiais refratários, sediada em São Paulo, adquiriu, em 2008, a alemã LWB Refractories, atuante no mercado de refratários e produtos dolomíticos de alto valor agregado. A LWB opera três unidades produtivas e de mineração na Alemanha.

TAM: A empresa mantém um escritório de representação em Frankfurt fundado em 2007. Tem, aproximadamente, 60 empregados naquele país.

BANCO DO BRASIL S.A.: O Banco do Brasil dispõe de uma filial em Frankfurt, fundada em 1970. Conta com aproximadamente 20 funcionários naquele país.

TUPY EUROPA: Empresa catarinense fabricante de componentes automotivos, o grupo está presente na Alemanha por meio de central de representação de vendas de peças para as indústrias automotiva e naval.

TRAMONTINA: A empresa mantém escritório de representação e vendas na Alemanha, para atender aos mercados de diversos países europeus, entre eles Polônia, Áustria e Holanda.

ITAÚ EUROPE (Central em Lisboa): Itaú Europa na Alemanha, fundado em 2000, possui um escritório de representação em Frankfurt para cuidar de interesses bilaterais Brasil-Alemanha.

3.4 Infraestrutura

O empresariado alemão tem grande interesse nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em infraestrutura e de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A empresa de arquitetura GMP (*“Architekten von Gerkan, Marg und Partner”*), de Hamburgo, foi contratada para projetar o novo estádio de Manaus e é responsável, igualmente, pela modernização dos estádios de Belo Horizonte (Mincirão) e de Brasília (Mané Garrincha). A empresa alemã Schulitz&Partner, em parceria com empresas brasileiras, ora moderniza o estádio de Salvador.

A Alemanha é referência mundial em logística, infraestrutura de transportes e mobilidade urbana. Suas empresas detêm tecnologias de ponta que lhes conferem alta competitividade nos mercados internacionais. A cooperação alemã poderá oferecer vantagens para o Brasil, dos pontos de vista tecnológico e financeiro. Entre os setores em que há grande potencial para fortalecer a cooperação bilateral, cabe destacar as áreas portuária, aeroportuária e ferroviária (inclusive com trens de alta velocidade), assim como toda a parte de logística e infraestrutura para grandes eventos. É também de interesse a provisão de equipamentos para prospecção de petróleo, bem como

vigilância e patrulhamento marinho para proteção de plataformas de exploração de petróleo; transportes urbanos, processamento de lixo e resíduos, saneamento básico e tratamento de água. Em segmentos como construção civil e transporte urbano, investimentos alemães estão sendo planejados no âmbito do “*BDI Brazil Board*” (seção responsável pelo comércio com o Brasil da “*Bundersverband der Deutschen Industrie*” a Confederação Alemã da Indústria), o qual é constituído por CEOs alemães.

Na área portuária, a cooperação bilateral avançou muito nos últimos dois anos. A Secretaria Especial dos Portos assinou termo de cooperação com o Porto de Duisburg para a realização de estudo de viabilidade referente à modernização logística do Porto de Santos. Várias empresas alemãs têm interesse nas licitações a serem realizadas. Há, igualmente, interesse alemão em participar da modernização do Porto de Suape.

Na área aeroportuária, a Fraport S.A., de Frankfurt, em consórcio integrado também pela Eco Rodovias, participou, sem sucesso, do processo de concessão de aeroportos brasileiros à iniciativa privada (6 de fevereiro de 2012). Ainda assim, há interesse brasileiro em que empresas da Alemanha continuem a apresentar-se como candidatas em projetos para expandir e reformar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

4) Energia

4.1 Quadro na Alemanha

O consumo de energia na Alemanha é baseado em recursos não renováveis (90,6 %). Desses, 33,3% correspondem a petróleo, 21,9% a gás natural, 23% a carvão e 10,9 % a energia nuclear. Dos 9,4% de energias renováveis, 6,6% são de biomassa, 0,9% de eólica, 0,8% de depósitos de lixo e gases dali provenientes, 0,5% de hídrica e 0,4% de solar.

A Alemanha não dispõe de reservas significativas de hidrocarbonetos e depende da importação de petróleo (98% importado) e gás natural (87% importado) para atender seu consumo interno. Desprovida de um império colonial e derrotada na II Guerra Mundial, Berlim não teve condições de prover os meios para a criação de suas próprias multinacionais petrolíferas.

As importações de petróleo e gás natural alemãs totalizaram 82,3 bilhões de euros em 2008, o equivalente a 10% das importações totais do país naquele ano. Os principais fornecedores de petróleo e gás para a Alemanha foram Rússia (32,5 %), Noruega (24 %) e Reino Unido (9,8 %).

A decisão do Governo Federal de abandonar a energia nuclear e fechar todas as centrais nucleares até 2021 tem implicações estratégicas profundas para o perfil energético futuro da Alemanha, bem como para a cooperação com o Brasil. No que tange a energias renováveis, a parceria deve marcar-se, sobretudo, pelo estabelecimento de uma visão compartilhada a respeito do papel das renováveis – inclusive dos biocombustíveis e, em particular, do etanol – na promoção do desenvolvimento sustentável.

A disposição política alemã em dar um passo adiante na cooperação em energia evidenciou-se na visita ao Brasil do Ministro do Exterior, Guido Westerwelle, em março de 2010, e do Presidente Wulff, em maio de 2011, quando o setor energético foi reforçado como um dos pilares da relação bilateral. Ademais, a provável elevação das emissões de gases de efeito estufa decorrente do uso mais intensivo pela Alemanha de carvão e gás, no contexto da transição para a “era das renováveis”, após a renúncia à energia nuclear, em junho de 2011, poderá abrir novas perspectivas de incremento para a cooperação bilateral em energia, sobretudo com o uso de biocombustíveis no setor de transportes.

4.2 Energias Renováveis

O Acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, em vigor desde 2009, objetiva aprofundar a parceria nesse campo, privilegiando a agregação de valor e a transferência de tecnologia. Realizaram-se duas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Biocombustíveis, criado no âmbito do Acordo: em São Paulo, em outubro de 2010, e em Berlim, em dezembro de 2011.

Não há, ainda, posição consolidada do Governo alemão no que tange a biocombustíveis. Embora haja interesse de setores empresariais e de certos setores governamentais em desenvolver parcerias com o Brasil, o tema de biocombustíveis na Alemanha vê-se influenciado por “agentes de resistência”, que incluem a grande indústria automobilística, produtores e comerciantes ligados ao setor petrolífero e a comunidade ambiental público-privada. A polêmica deflagrada com a introdução de 10% de etanol na gasolina, em janeiro de 2011, demonstrou a força e a capacidade de mobilização desses setores na Alemanha. Realizou-se, também, em dezembro de 2011, reunião organizacional do Grupo de Trabalho sobre Eficiência Energética, tema de relevância para o Brasil, que pretende reduzir em 10% a demanda por energia em 2030.

Cabe ressaltar, como exemplo de parceria bilateral com grande potencial no terreno das energias não renováveis, projeto de cooperação em pesquisa e inovação na área de biocombustíveis avançados entre o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol e o Instituto Max Planck para Fisiologia Molecular das Plantas.

Há possibilidade de cooperação também nos setores solar e eólico, ante o projeto brasileiro de elevar a participação dessas fontes de energia na matriz nacional. A Alemanha é líder tecnológica em energia solar e possui, atualmente, 14 milhões de metros quadrados em área total de parques solares. O setor de energia solar é beneficiado por importantes subsídios da parte do governo alemão, no âmbito da Lei de Energias Renováveis, de 2000, os quais vêm sendo reduzidos paulatinamente. O setor sofre, ademais, a acirrada concorrência de empresas chinesas. O setor eólico, por sua vez, é o carro-chefe das tecnologias ambientais na Alemanha, que detém cerca de 18% da capacidade mundial total instalada. Constitui também o vetor principal dos programas de cooperação mantidos pela Alemanha com países em desenvolvimento e emergentes. No Brasil, investimentos da ordem de R\$ 1 trilhão no setor de energia, a serem realizados até 2020, no âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, capacita maior cooperação com a Alemanha. Grande parte dos 25 bilhões de reais que investimos em projetos de energia eólica refere-se à cooperação com a Alemanha. Empresas alemãs desse segmento estão presentes no Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul.

4.3 Energias Não Renováveis

O desenvolvimento conjunto de tecnologia que permita a exploração de petróleo e gás em altas profundidades constitui ramo promissor de cooperação. O tema foi mencionado pela Senhora Presidenta da República em encontro com o Presidente Wulff, em maio de 2011.

A produção termelétrica com base no carvão mineral desponta, por igual, como potencial área de cooperação, tendo em vista o interesse brasileiro em aumentar a participação do setor na matriz energética até 2030. Em 2008, o Governo alemão investiu em pesquisas na área de carvão e outras fontes fósseis valores da ordem de 30 milhões de euros. Apesar da determinação da Comissão Europeia de interromper os investimentos em carvão hulha a partir de 2018, a atual revisão da política energética alemã deixa em aberto o papel do carvão – juntamente com o gás – como energias de transição no caminho para a “era das renováveis”.

A Siemens vai investir US\$ 50 milhões na construção de um centro tecnológico dedicado às energias não renováveis, no Rio de Janeiro. O local escolhido foi o Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, onde a empresa pretende concentrar suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. O centro, que deverá estar operacional a partir do final de 2012, faz parte de um pacote de US\$ 150 milhões de investimentos que a empresa fará no Brasil. Conforme a empresa alemã, com a instalação do Centro de Pesquisa no Rio de Janeiro, o Brasil haveria sido elevado à condição de “centro global de excelência” da Siemens nos setores de tecnologias de profundidade para exploração de óleo e gás.

5) Outros temas da agenda bilateral

5.1 Temporada da Alemanha no Brasil 2013/2014

O mais importante tema na área cultural nas relações bilaterais, nos dois próximos anos, é a Temporada da Alemanha no Brasil 2013/2014, programada para meados de 2013.

Embora a programação do evento ainda não esteja definida, o lado alemão reagiu positivamente à sugestão brasileira de que o programa envolva aspectos científico-tecnológicos e empresariais, como se observa na decisão da inclusão da Confederação das Indústrias Alemãs (BDI) no comitê gestor dos eventos.

Durante sua visita ao Brasil, em fevereiro deste ano, o Ministro do Exterior Westerwelle apresentou o logotipo e o slogan (“Quando ideias se encontram”) da Temporada.

5.2 Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil à Alemanha.

5.3 Assuntos Consulares

Há cerca de 65.400 cidadãos brasileiros com residência fixa na Alemanha. Os brasileiros residentes na Alemanha, assim como os turistas e demais viajantes temporariamente no país, podem recorrer, para assistência consular, a três representações consulares do Itamaraty na Alemanha: o setor consular da Embaixada em Berlim; o Consulado-Geral em Frankfurt; e o Consulado-Geral em Munique.

IV. POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma República Parlamentarista Federal. O Presidente Federal, Chefe de Estado, exerce atribuições essencialmente cerimoniais: assina acordos internacionais; nomeia e destitui Ministros, mas por orientação do Chanceler Federal e respeitada a maioria parlamentar; nomeia e exonera juízes federais, servidores públicos federais, oficiais e suboficiais das Forças Armadas; decide sobre concessão de indulto a prisioneiros; sanciona leis federais; recebe e credencia Embaixadores. É escolhido pelo Parlamento Federal para mandato de cinco anos, com uma reeleição possível.

O Chefe de Governo é o Chanceler Federal (*Bundeskanzler*), que exerce, junto com seu Gabinete, o Poder Executivo. Ambos são definidos de acordo com a composição de forças políticas na Câmara de Representantes, e só podem ser destituídos pelo Poder Legislativo se já houver alternativa de governo (“moção construtiva de desconfiança”).

O Parlamento Federal (*Bundesversammlung*) é bicameral, composto pela Câmara de Representantes (*Bundestag*), eleito pelo voto direto e universal, e pelo Senado (*Bundesrat*), representante dos Estados federados (*Länder*).

O sistema partidário tem sido dominado, desde 1949, pelas composições cristãs democratas e social-democratas.

Depois das últimas eleições parlamentares em setembro de 2009, a Chanceler Angela Merkel – que já se havia sagrado vitoriosa em 2005 – conseguiu formar uma coalizão de centro-direita entre seu partido, a União Democrática Cristã (CDU, do alemão *Christlich Demokratischen Union Deutschlands*); o partido-irmão da CDU na Baviera, a União Social Cristã (CSU, do alemão *Christlich-Soziale Union in Bayern*); e o Partido Liberal Democrata (FDP, do alemão *Freie Demokratische Partei*). O principal partido de oposição é o Partido Social-Democrata (SPD, do alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), de centro-esquerda, liderado pelo Ex-Vice-Chanceler Frank-Walter Steinmeier.

Na legislatura atual, é a seguinte a composição do Bundestag: CDU/CSU com 237 cadeiras; SPD, com 146; FDP, com 93; *Die Linke* (“A Esquerda”), com 76; e “*Die Grünen*” (“Os Verdes”), com 68.

O Governo Merkel precisou, desde 2008, empreender significativas mudanças de curso político, na tentativa, por um lado, de elaborar estratégias e forjar instrumentos para preservar a união monetária europeia e, por outro, de assegurar margens de manobra internas à aliança governante. Podem-se mencionar, entre essas mudanças, a decisão de participar do resgate financeiro de países endividados e o apoio à criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), ambas as medidas difíceis de conciliar com a plataforma liberal da coalizão. A antecipação, para 2022, da desativação dos reatores nucleares da Alemanha, adotada sob o impacto da derrota para os Verdes em Baden-Württemberg (depois de 58 anos de administração da CDU), atribuída aos reflexos do acidente nuclear em Fukushima, no Japão, constituiu outra dessas alterações de curso. Várias pequenas manifestações de descontentamento irromperam na CDU e, sobretudo, na CSU, versão bávara e mais conservadora daquela. Angela Merkel, contudo, soube persuadir seus correligionários da necessidade e/ou conveniência do abandono de certos pontos programáticos e fez prevalecer sua orientação.

V. POLÍTICA EXTERNA

Desde o final da II Guerra Mundial, a política externa alemã segue firmemente assentada na construção de uma Europa unida, próspera e estável; no fortalecimento da aliança estratégica com a França; na manutenção de laços especiais com os Estados Unidos da América (EUA); e na plena adesão às estruturas de segurança euro-atlânticas. A reunificação do país, em 1990, seu invejável desempenho econômico e o poder de sua diplomacia têm-lhe permitido, em anos recentes, ensaiar movimento de expansão de seus interesses em nível global, superando persistentes entraves psicológicos e políticos que, por meio século, impediram-lhe de desempenhar papel internacional de maior relevo.

O empenho de Berlim em lograr assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) pode ser visto sob esse prisma, ao revelar anseio de assumir papel condizente com seu poderio econômico e sua projetada capacidade militar. O país, no entanto, tem sido cauteloso em não despertar receios quanto a suas ambições, apegando-se ao multilateralismo e ao direito internacional, atendo-se estritamente às balizas impostas pela União Europeia e apresentado-se como “potência civil” (*Zivilmacht*).

Estratégia Alemã para as “Potências de Transformação”

Em fevereiro de 2012, o Ministro do Exterior, Guido Westerwelle, apresentou a nova estratégia alemã para as chamadas “*Gestaltungsmächte*” (potências de transformação). O delineamento de estratégia específica para esses países, entre os quais figuram os BRICS, Colômbia, Indonésia, México e Vietnã, confere efetividade ao discurso das autoridades alemãs sobre novos centros de poder e mudanças na ordem global. Sinaliza igualmente reviravolta na resposta alemã aos desafios da globalização, que deixa de lado caráter mais defensivo e propõe-se a, em parceria com as potências emergentes, reforçar as estruturas globais de governança, inclusive por meio de reforma de instituições como FMI, Banco Mundial, CSNU e outras.

O objetivo central da estratégia é o engajamento das “potências de transformação” na solução dos principais problemas internacionais, digam eles respeito a questões de paz e segurança, direitos humanos, economia e finanças, energia e matérias-primas, trabalho e proteção social, desenvolvimento e sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a intensificação das relações – políticas, comerciais, de cooperação – com os países emergentes visa a criar condições para a própria projeção internacional da Alemanha, pois, segundo Westerwelle, em discurso na ocasião do lançamento da nova estratégia, “a Alemanha, na Europa, é relativamente grande, mas, no mundo, ela é relativamente pequena”.

O Brasil foi a primeira das “potências” visitada (nos últimos 13-16 de fevereiro) pelo Ministro do Exterior da Alemanha após o anúncio da nova estratégia, em gesto indicativo da importância atribuída pelo Governo alemão às relações com o País, que dos emergentes representa talvez aquele com o qual a Alemanha mantenha laços mais constantes e história de cooperação mais bem sucedida.

América Latina

Em agosto de 2010, o Ministro Westerwelle apresentou a “Política para a América Latina e o Caribe” (*“Lateinamerika-und-Karibik Konzept”*), estratégia de longo prazo do Governo alemão para a região, que procura reconhecer seu novo peso político e econômico e conferir-lhe nova inserção na política externa alemã. Também em várias oportunidades recentes, Westerwelle, ao discorrer sobre os contornos da nova ordem mundial, destacou o papel do Brasil (e da América Latina em geral) na reestruturação da governança global. Tem enfatizado a presença de muitas empresas alemãs na AL como fator importante de aproximação e aprofundamento das relações.

O número de empreendedores alemães com negócios na Região vem aumentando continuamente ao longo dos últimos anos, com destaque para companhias de pequeno e médio porte, cuja colaboração para o ímpeto inovador da indústria alemã não pode ser menosprezada. Ademais, novos setores para cooperação entre AL e Alemanha, como energias renováveis, meio ambiente e crescimento sustentável, ciência e tecnologia, infraestrutura e segurança, começam a ser descortinados. A Alemanha vem procurando, por meio de sinais concretos, reforçar suas relações com a região. Nesse contexto, pode-se entender a recente viagem do Ministro Westerwelle a Brasil, Peru, Panamá e México.

Na América Latina, Brasil, Argentina e México são vistos como mercados tradicionais, países com os quais a Alemanha mantém significativos volumes comerciais. Alemães e latino-americanos divisam imensa gama de oportunidades para ampliação das atuais parcerias e abertura de novas frentes. Colômbia e Peru tornaram-se, mais recentemente, destinos de investimentos alemães.

No último mês de novembro, foi instalada, em Hamburgo, a Fundação América Latina e Caribe-União Europeia, presidida pela ex-Ministra do Exterior da Áustria, Benita Ferrero-Waldner, cujo propósito é trabalhar na elaboração de plataforma para o diálogo inter-regional, ajudando a criar rede de contatos interpessoais e interinstitucionais e propiciando aos diversos atores nacionais e transnacionais as condições para realização de seus objetivos. O Ministro Westerwelle foi uma das autoridades presentes na cerimônia de inauguração.

Europa

A Europa constitui a esfera imediata da Alemanha, onde busca desempenhar o papel de "potência civil". A Alemanha atribui grande importância ao fortalecimento político e institucional da União Europeia (tendo, por isso, reconhecido, na crise das dívidas, oportunidade para aprofundar a integração), vista como canal privilegiado para a promoção de objetivos e valores fundamentais da política externa alemã.

A expansão e o aprofundamento da União Europeia (UE), portanto, são favorecidos sempre que conducentes a fortalecimento do bloco. Dentre os parceiros europeus, são particularmente valorizadas, por razões históricas, as relações com a França e com a Polônia. A Alemanha vê com bons olhos a expansão da UE para o Leste, mas depara-se com dificuldades para conciliar essa ampliação com a parceria estratégica com a Rússia, sobremaneira em casos como o da Ucrânia.

Com a crise das dívidas soberanas e a necessidade de socorro financeiro a países endividados, a Alemanha, maior economia da UE, adquiriu maior consciência de seu peso – não só econômico, mas também político – e parece disposta a se valer dele, para construir, da enfraquecida união monetária, vigorosa união fiscal, organizada em conformidade com princípios econômicos alemães. De expediente de contenção da Alemanha (como a concebera o General de Gaulle), a União Europeia deverá converter-se, cada vez mais, em meio de projeção do poder do país.

Rússia

A Alemanha vem trabalhando, desde o Governo Schröder (1998-2005), na consolidação de parceria estratégica com a Rússia. Há mais de seis mil empresas alemãs na Rússia, em diferentes setores. A Rússia almeja modernizar sua economia, com o influxo de capital e tecnologia alemães. A Alemanha, por seu turno, busca, sobretudo, assegurar fonte de matérias-primas minerais e energéticas.

Recentemente foi inaugurada a primeira tubulação do gasoduto Nord Stream, ligando Rússia e Alemanha, através do Mar Báltico. Quando concluído, o gasoduto poderá transportar 55 bilhões de metros cúbicos por ano. O projeto fora iniciado durante o Governo de Gerhard Schröder, que preside agora o consórcio. Os críticos do Nord Stream temem que ele contribua para inviabilizar o projeto "*Nabucco Gas Pipeline International*" – que planeja a construção de gasoduto ligando a Ásia Central à Europa (Áustria), através do território turco. O Nord Stream, ademais, na contramão dos objetivos do Nabucco, aumentaria a dependência europeia (e alemã) do gás russo. A decisão de passar as tubulações pelo mar foi mal recebida na Polônia, que deixou assim de poder cobrar taxas sobre o trânsito do gás. Avalia-se ainda que a Ucrânia, tradicional rota de exportação do gás russo, teria perdido poder de barganha frente a Moscou.

Ásia

O número de companhias de capital alemão instaladas na China aumentou de cerca de 1.600, em 2007, para 5.000, em 2011.

Embora previsível, a ascensão chinesa, em 2009, ao posto de terceira maior economia, superando a Alemanha, causou consternação nos meios políticos e empresariais germânicos. O novo poderio econômico chinês e a expansão das empresas chinesas para tradicionais mercados alemães na África e América Latina constituem razão de preocupação. A decisão da China, em 2010, de reduzir a exportação de terras-raras, das quais detém 97% das reservas econômicas, provocou apreensão na Alemanha, cujo setor de alta tecnologia é extremamente dependente da importação desses minerais.

Outros países no continente asiático encontram-se igualmente no foco da política externa alemã, sobretudo aqueles com elevados índices de crescimento econômico, como Índia e Vietnã. Os jornais alemães falaram em “parceria estratégica”. Além do crescente poder aquisitivo do mercado consumidor vietnamita, a produção de café do país tem aumentado exponencialmente (cabe lembrar que a Alemanha é o maior exportador mundial de café beneficiado).

No âmbito da estratégia do Governo alemão para garantir fontes de matérias-primas, Alemanha e Mongólia assinaram, em 2011, Acordo sobre Matérias-Primas. Este prevê participação de empresas alemãs na exploração de minas e na criação da infraestrutura necessária à extração e ao escoamento dos minérios. Por sua vez, a Mongólia deverá beneficiar-se de acesso a investimentos e de cooperação para formação de recursos humanos. Em fevereiro de 2012, o Governo alemão firmou acordo nos mesmos moldes com o Cazaquistão.

África

O Governo alemão aprovou, em junho de 2011, novas diretrizes estratégicas de sua política externa para a África, com ênfase em paz e segurança, economia, direitos humanos, meio ambiente, energia e desenvolvimento. O texto procura reconhecer a diversidade de realidades políticas e sociais do continente, conferindo bases mais realistas às relações da Alemanha com os países africanos.

A África e a América Latina representam, entre os tradicionais mercados das empresas alemãs, aqueles em que a concorrência da China mais se faz sentir. Não menos importante é o fato de que empresas chinesas estariam procurando assenhorear-se de fontes de matérias-primas consideradas vitais para a indústria alemã. A mídia e mesmo autoridades costumam descrever a expansão chinesa no continente africano como “imperialista”, com referências críticas às práticas trabalhistas das companhias chinesas e à corrupção de autoridades africanas.

Em 2011, Angela Merkel realizou viagem ao Quênia, a Angola e à Nigéria. Os três estão entre os países africanos com maiores taxas de crescimento econômico, inserindo-se ainda na estratégia do Governo para garantir fornecedores de matérias-primas.

O conceito de “cooperação para o desenvolvimento” foi cunhado para descrever conjunto de ações do Governo alemão voltadas a promover o desenvolvimento econômico e social dos países beneficiários, no que se diferenciaria do assistencialismo de décadas anteriores. Os recursos empregam-se em vários setores: infraestrutura, transportes, energia, saúde, educação, consolidação democrática. O Governo alemão procura exercer estrito controle sobre o uso dos fundos. Governos africanos tidos como corruptos ficam automaticamente excluídos desse tipo de programa de cooperação.

Mudança do Clima

A Alemanha cumpriu a meta estabelecida pelo Protocolo de Quioto de redução de emissões de gases de efeito estufa (21% em relação aos níveis de 1990 no período 2008-2012) em 2008. As emissões naquele momento estavam 22,2 % abaixo dos níveis de 1990 e, em 2009, a redução foi de 28% em relação a 1990. O governo alemão associa, em seu discurso, a política climática com uma economia saudável, considerando que esta teria como consequência, além da redução de emissões de gases de efeito estufa, crescimento econômico, geração de empregos e inovação industrial. Dentro da Europa, a Alemanha é responsável pelos maiores compromissos de redução de emissões, o que representa gastos elevados para o país e é permanente fonte de preocupação para o setor industrial, que teme perda de competitividade. No plano internacional, isso se reflete na tradicional demanda dos países desenvolvidos de que países em desenvolvimento, especialmente as chamadas economias emergentes, assumam compromissos de redução de emissões semelhantes ao da Europa. Nesse sentido, o resultado da Conferência de Durban, onde, pela primeira vez, as grandes economias em desenvolvimento se comprometeram a negociar objetivos internacionalmente vinculantes, é visto como uma vitória da liderança europeia.

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esteve em Berlim de 3 a 5 de julho de 2011, para acompanhar o Diálogo de Petersberg sobre Mudança do Clima, bem como para participar de encontros bilaterais. Na ocasião, avistou-se com o Ministro do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear, Norbert Röttgen, com o Secretário Thomas Rachel, do Ministério da Educação e Pesquisa (BMBF), e com o Presidente da Confederação Alemã da Indústria, Hans-Peter Keitel. A visita confirmou-se como oportunidade para o exame da cooperação entre os dois

países, particularmente no que tange à possibilidade de incremento do componente da inovação tecnológica.

Energia

Do ponto de vista conceitual, o Governo Federal defende "uma mistura inteligente" de matrizes energéticas. A promoção das energias renováveis – sobretudo eólica e solar, em que a Alemanha é um dos líderes em tecnologia – constitui elemento importante da política externa alemã.

Brasil e Alemanha compartilham visão comum quanto ao papel positivo das energias renováveis, exceto no que tange aos biocombustíveis, tema sobre o qual o Governo Federal ainda não adotou posição consensual. Assim, ao mesmo tempo em que se fecha ao etanol brasileiro, a Alemanha busca promover um mercado externo para a energia eólica e a energia solar, mediante cooperação bilateral e por meio da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). O Brasil não é parte da IRENA. A não participação do País dá-se pela percepção de que a Agência trata ainda de forma desequilibrada as fontes energéticas renováveis, ao privilegiar tecnologias produzidas principalmente em países desenvolvidos, como as tecnologias eólica e solar, além de negligenciar, em seus estudos e publicações, os três pilares do conceito de desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica), acordados na Conferência Rio 92.

O Governo federal alemão não apoiou proposta de moratória na exploração de petróleo em águas profundas, apresentada à Comissão Europeia, ainda na esteira do acidente ocorrido no Golfo do México, em 2010. Em setembro de 2011, o Parlamento Europeu rechaçou a proposta de moratória e impôs medidas mais rigorosas de segurança e responsabilidade.

Conselho de Segurança da ONU

A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é tema central da política externa alemã. O Governo alemão defende reformas abrangentes para o Conselho, bem como para as Nações Unidas como um todo, de modo que reflitam "as realidades atuais". O programa de Governo apresentado após a reconfirmação de Merkel no poder, em 2009, defende um assento para a União Europeia e, até que esse objetivo seja atingido, um assento para a Alemanha. Nessa direção, a eleição do país como membro não-permanente no CSNU para o período 2011-2012 deu novo fôlego à sua diplomacia, além de fortalecer a posição do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) em prol da reforma do Conselho de Segurança.

VI. ECONOMIA E COMÉRCIO

A economia alemã é a quinta maior do mundo considerando-se o PIB em termos de paridade de poder de compra (seu PIB PPP, em 2011, foi de US\$ 3,08 trilhões, inferior apenas aos de EUA, China, Japão e Índia) e a quarta em termos de

PIB nominal (cujo valor foi de US\$ 3,6 trihões em 2011, inferior apenas aos de EUA, China e Japão). A Alemanha é uma das líderes mundiais na produção e exportação de máquinas, veículos, produtos químicos e eletrônicos. Possui avançada base industrial e tecnológica e mão-de-obra altamente qualificada e produtiva.

Assim como seus vizinhos da Europa Ocidental, a Alemanha se confronta com desafios demográficos significativos, o que coloca em xeque a possibilidade de crescimento sustentado de longo prazo. Baixas taxas de natalidade têm aumentado a pressão sobre o sistema de bem-estar social do país, que, para muitos políticos – particularmente liberais – necessita de reformas imediatas. O envelhecimento progressivo de sua população é apenas atenuado, em parte, pelo influxo constante de imigrantes, oriundos do Leste da Europa e do Oriente Médio. Atualmente, mais de 8% da população alemã é composta por estrangeiros, em sua maioria de origem turca.

A modernização e integração econômica da extinta Alemanha Oriental é outro desafio de grandes proporções, e continua a ser um processo financeiramente custoso – a população do Oeste do país transfere para as áreas a Leste o equivalente a US\$ 12 bilhões ao ano.

As reformas empreendidas pelo Governo Schröder (1998-2005) para atacar o desemprego crônico contribuíram para um robusto crescimento da economia alemã em 2006 e 2007, de 3,4% e 2,7%, respectivamente. O ritmo, no entanto, foi interrompido com a crise financeira global, que atingiu duramente o setor exportador do país e mergulhou a economia em recessão, com queda de 4,7% do PIB.

A recuperação econômica foi, não obstante, acelerada e, até certo ponto, surpreendente. O PIB do país cresceu 3,4% em 2010 e 3% em 2011, índices invejáveis para uma economia altamente desenvolvida como a alemã. Atribui-se a retomada do crescimento ao aumento das exportações, em particular para fora da Zona do Euro, e à expansão do consumo interno.

As vulnerabilidades da economia alemã – alta dependência da demanda internacional e ausência de reforma no setor bancário – foram objeto de renovadas críticas durante os períodos de ajuste à crise global, entre outubro de 2008 e abril de 2009. O Governo Merkel reagiu de forma distinta frente a elas: no caso do setor financeiro, em sintonia com a retórica reguladora que vigora na agenda internacional, Berlim apostou em uma reforma de seu sistema bancário, com especial ênfase na remodelação dos bancos públicos, em particular, os bancos estaduais. Já no caso do setor externo, a reação do Governo parece voltar-se para o reforço do modelo exportador, com uma tentativa de diversificação de parceiros.

A crise do euro, por sua vez, evidenciou tendência que já se vinha registrando desde a reunificação alemã, a saber, um processo de descolamento da economia do

país *vis-à-vis* seus parceiros da Zona do Euro. O referido descolamento não se refere apenas à competitividade dos produtos, mas também às parcerias – embora a presença de componentes importados na produção industrial alemã tenha aumentado desde a instauração da moeda comum, o percentual de importação de componentes originários dos países membros da Zona do Euro recuou. Ainda que a Alemanha permaneça como o maior importador líquido da UE, a participação de produtos originários da Zona do Euro caiu.

Apesar dos efeitos turbulentos da crise, a Alemanha continua sendo o pilar econômico da União Europeia. As exportações alemãs, que representaram, em 2010, 45% do PIB desse país, atingiram 50,1% em 2011.

A Alemanha extrai 28% do seu PIB da exportação de produtos para os países da União Europeia e para a Suíça e é justamente nesse grupo que se espera uma retração nas relações comerciais para 2012. Este é mais um motivo pelo qual os países do BRICS, em especial o Brasil, vêm sendo vistos com grande atenção e importância no cenário das relações internacionais alemãs. No primeiro semestre de 2011 as exportações da Alemanha para países fora da União Europeia cresceram 16% em relação ao ano anterior.

O declínio da taxa de desemprego, de 7,7% em 2010, para 7,1% em 2011, demonstra certa resiliência da economia alemã à crise de seus vizinhos. Para 2012, porém, as expectativas de expansão do PIB são de apenas 0,5%, o que significa importante desaceleração da economia, com prováveis reverberações nos indicadores sociais. As medidas de contenção de gastos públicos tomadas em 2011 visam a equilibrar a situação fiscal do país, reduzindo a dívida pública de 4,3 para 1% do PIB (patamar dentro do permitido pelo Tratado de Maastricht). A austeridade fiscal adotada também significará cortes de investimentos, mitigando a expansão da economia local.

Comércio

A Alemanha exportou cerca de US\$ 1,2 trilhão em 2010 e cerca de US\$ 1,4 trilhão em 2011. O país ocupava tradicionalmente o posto de maior exportador do mundo, mas foi superado pela China em 2009. Devido ao expressivo papel que tem desempenhado na geração de riqueza no país, o setor exportador é considerado a locomotiva da economia alemã.

A Alemanha é o 2º maior importador do mundo, depois dos EUA. O país importou, em 2010, cerca de US\$ 1,04 trilhão, e, em 2011, cerca de US\$ 1,24 trilhão.

O superávit comercial alemão, de quase US\$ 210 bilhões, equivale a 5,1% do PIB do país. Trata-se do maior superávit comercial do mundo, à frente de China e Japão (as outras duas grandes economias tradicionalmente superavitárias em seu comércio exterior).

Os principais destinos das exportações alemãs, em 2011, foram a França (9,5% do total exportado pela Alemanha), os EUA (6,9%), os Países Baixos (6,6%), o Reino Unido (6,2%), a China (6,1%) e a Itália (6,1%). Os principais fornecedores do mercado alemão foram os Países Baixos (9 % do total importado pela Alemanha), a China (8,8%), a França (7,4%), a Itália (5,4%) e os EUA (5,3%).

A União Europeia, em bloco, é o maior parceiro comercial da Alemanha. As trocas (exportações e importações) com os vizinhos europeus representam 61% do comércio exterior alemão. Os laços comerciais entre a Alemanha e os grandes países em desenvolvimento do BRICS também se têm fortalecido muito em anos recentes; alguns analistas especulam que a UE poderá ser menos relevante para o desempenho do comércio exterior alemão no futuro.

As exportações para os grandes países em desenvolvimento, como o Brasil, desempenharam papel-chave na recuperação da economia alemã da crise financeira internacional. Em 2010 e 2011, as exportações para “terceiros países”, como são chamados os países que não integram a União Europeia, contribuíram relativamente mais para o bom desempenho da pauta exportadora alemã do que as vendas para o mercado comunitário.

Os produtos manufaturados representam 84,2% das exportações alemãs. Os principais produtos exportados pelo país, em 2011, foram máquinas e equipamentos (24%), automóveis (17%) e produtos químicos (10%).

Os principais produtos importados pela Alemanha, em 2011, foram veículos (9%), petróleo e gás natural (9%), produtos químicos (8%), máquinas (8%) e metais (7%).

Investimentos

A Alemanha detém, atualmente, um estoque de investimentos diretos no exterior de US\$ 1,484 trilhão. Trata-se do quarto maior estoque do mundo de capital investido em países estrangeiros.

Embora também receba muitos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), a Alemanha é uma exportadora líquida de capital. Em 2010, suas empresas investiram o montante total de US\$ 105 bilhões em 126 países, um aumento de 39% com relação a

2009. Cabe ter presente, entretanto, que a metodologia empregada pelo Bundesbank (o Banco Federal Alemão) para o cálculo dos IEDs inclui os reinvestimentos das empresas, ao passo que a metodologia usada por alguns outros bancos centrais, como o do Brasil, leva em conta apenas os investimentos estrangeiros novos.

O setor manufatureiro foi o segmento da economia alemã que mais investiu no exterior em 2010 - US\$ 26,8 bilhões em outros países nesse ano, com destaque para os setores automotivo (US\$ 17,42 bilhões) e químico (US\$ 8,71 bilhões).

No setor de serviços, a indústria bancária e de seguros da Alemanha também constitui ator relevante no fluxo de investimentos do país, tendo investido, ao todo, US\$ 23,45 bilhões no exterior em 2010.

Os investimentos alemães também têm aumentado no BRICS. A Alemanha tem estoques de investimentos diretos de US\$ 18,3 bilhões na Rússia, de US\$ 30,3 bilhões no Brasil e de US\$ 7,7 bilhões na Índia. Na América Latina, o Brasil tem sido, historicamente, o maior receptor de investimentos diretos alemães (os investimentos alemães no Brasil representam em torno de 65% do total investido pelas empresas alemãs na região latino-americana).

VII. ANEXOS

Cronologia Histórica

1871 - Guilherme I proclamado Imperador alemão em Versalhes (18/1).

1914-1918 - O Imperador Guilherme II isolou a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial.

1918 - O Imperador Guilherme II abdicou e o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou a República.

1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes.

1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar.

1932 - O NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*), partido nacional-socialista, ganha as eleições.

1933 - Adolf Hitler torna-se Chanceler do Reich.

1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha.

1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5. A Alemanha é dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim em 4 setores.

1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental.

- 1949** - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer torna-se Chanceler Federal (14/8).
- 1949** - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da República Democrática Alemã (RDA) (7/10).
- 1949** - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5).
- 1957** - A República Federal da Alemanha assinou em Roma o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia.
- 1959** - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949.
- 1961** - Construção do Muro de Berlim em 13 de agosto.
- 1963** - Tratado da amizade entre a França (de Gaulle) e a Alemanha (Adenauer).
- 1972** - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus no gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha.
- 1989** - Queda do Muro de Berlim (9/11).
- 1990** - Extinção da RDA; reunificação (3/10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2/12); Helmut Kohl eleito primeiro Chanceler Federal.
- 1991** - Transferência da capital de Bonn para Berlim.
- 1993** - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra.
- 1998** - Aprovação da adoção do euro pelo Parlamento.
- 1998** - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
- 1999** - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN.
- 2001** - Alemanha envia tropas ao Afeganistão.
- 2002** - Reelection da coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
- 2005** - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel.
- 2009** - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel.
- 2011** - Início do processo de abandono da energia nuclear.

Cronologia das Relações Bilaterais

- 1822** - Major Jorge Antonio Schäffer é enviado por Dom Pedro para a corte de Viena e cortes alemãs, para recrutar colonos e conseguir soldados para o Corpo de Estrangeiros no Rio de Janeiro.

1824 - Após a promulgação da Constituição, que oficializava a soberania do Estado e permitia a imigração de pessoas não católicas, inicia-se a colonização alemã no Brasil, com a chegada dos primeiros imigrantes na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

1825 - Reconhecimento, pela Prússia e as cidades hanseáticas, da independência do Brasil, após acordo celebrado entre Brasil e Portugal.

1826 - Abertura do Consulado do Brasil em Hamburgo.

1827 - Assinatura de Tratados de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia e entre o Império do Brasil e as cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo.

1859 - Após a divulgação de notícias sobre as más condições de vida e de trabalho dos imigrantes alemães, a Prússia proíbe o recrutamento de imigrantes, com o "Rescrito de Heydt".

1871 - Incorporação do "Rescrito de Heydt" pelo Império Alemão.

1896 - Revogação do "Rescrito de Heydt".

1900 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro Plenipotenciário em Berlim. Em 1902, o Barão se tornaria Ministro de Estado das Relações Exteriores.

1910 - Envio de missão militar alemã ao Brasil com o objetivo de cooperar na reorganização e modernização do exército brasileiro.

1917 - Navio brasileiro é torpedeado, na costa francesa, por navio alemão (3 de abril). O Brasil suspende as relações diplomáticas com a Alemanha (11 de abril) e declara guerra ao Império Alemão (27 de outubro).

1942 - Anúncio do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (28 de janeiro). Reconhecimento do Estado de beligerância com Alemanha e Itália (22 de agosto).

1951 - Abertura de Embaixada da República Federal da Alemanha (RFA) no Rio de Janeiro (julho). Abertura de Embaixada do Brasil em Bonn (novembro).

1954 - A Siderúrgica Mannesmann é a primeira grande companhia alemã a instalar-se no Brasil.

1956 - Visita do Presidente eleito Juscelino Kubitschek a Bonn.

1959 - Inauguração da montadora da Volkswagen em São Bernardo do Campo.

1961 - O Brasil abole a proibição do ensino de alemão nas escolas públicas.

1964 - O Presidente alemão Heinrich Lübke visita o Brasil e assegura investimentos alemães no país. Ratificação de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.

1968 - Willy Brandt, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil e propõe "parceria ampliada".

- 1969** - Assinatura de Acordo Cultural.
- 1970** - Sequestro do Embaixador da Alemanha no Brasil.
- 1973** - Assinatura de Acordo sobre Pesquisa Espacial.
- 1974** - Assinatura de Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Acordo sobre Cooperação Agrícola.
- 1975** - Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.
- 1978** - O Presidente Ernesto Geisel visita a RFA.
- 1979** - O Chanceler Helmut Schmidt visita o Brasil. Assinatura do Acordo sobre Transporte Marítimo.
- 1981** - O Presidente João Figueiredo visita a Alemanha.
- 1990** - Fernando Collor de Mello, Presidente eleito, visita a RFA.
- 1991** - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil.
- 1993** - Klaus Kinkel, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil.
- 1995** - O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a RFA. O Presidente Federal Roman Herzog retribui a visita.
- 1996** - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico.
- 1999** - O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, em abril, em Bonn.
- 2002** - O Chanceler Federal Schröder visita o Brasil.
- 2002 e 2003** - Assinatura do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais.
- 2003** - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Alemanha, quatro semanas após ser empossado.
- 2005** - Assinatura do Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados e do Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica.
- 2006** - Visita oficial do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, ao Brasil.
- 2007** - Viagem do Presidente Lula para a Cúpula do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia), em Heiligendamm.
- 2007** - Visita oficial do Presidente Horst Köhler ao Brasil.
- 2008** - Assinatura do Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública e do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética.
- 2008** - Visita oficial da Chanceler Angela Merkel ao Brasil, em maio.

2009 - Visita de Estado do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à Alemanha, em dezembro.

2010 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em março.

2011 – Visita do Presidente Federal Christian Wulff ao Brasil, em maio.

2012 – Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em fevereiro

2012 – Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Alemanha, em março.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	29/08/1957	15/08/1964	26/08/1964
Acordo Cultural	09/06/1969	17/12/1970	27/01/1971
Acordo sobre Pesquisa Espacial	19/10/1973	19/10/1973	27/11/1973
Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica	05/03/1974	05/03/1974	05/03/1974
Acordo sobre Cooperação Agrícola	21/01/1975	21/01/1975	28/02/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	27/06/1975	18/11/1975	02/12/1975
Acordo sobre Transporte Marítimo	04/04/1979	22/10/1983	09/11/1983
Acordo Básico de Cooperação Técnica	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	24/05/2004	28/07/2004
Acordo sobre Cooperação Financeira	27/11/2003	29/09/2008	04/12/2008
Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica	17/02/2005	20/11/2007	20/02/2008
Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos	01/06/2005	13/01/2009	02/03/2012
Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública	06/11/2008	29/01/2010	02/03/2012
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular	14/02/2008	01/03/2010	22/02/2010

Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética	14/05/2008	30/12/2009	02/03/2012
Acordo de Previdência Social – Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social	03/12/2009	Aprovado Decreto Legislativo nº 332 de 2012 Em tramitação na Casa Civil	
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal	03/12/2009	PDC 607 de 2012 Em tramitação na Câmara dos Deputados	
Acordo em Relação à Concessão de Contribuições Financeiras e Empréstimos Alemães com Vistas a Promover o Desenvolvimento do Brasil	03/12/2009	Em tramitação (Casa Civil)	

X. DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ALEMANHA: COMERCIO EXTERIOR					
US\$ bilhões					
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1.323	1.449	1.121	1.196	1.392
Importações (cif)	1.057	1.186	926	1.043	1.240
Saldo comercial	266	263	195	154	152
Intercâmbio comercial	2.380	2.635	2.047	2.239	2.632

Fonte: Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior. Dados em US\$ bilhões. Última atualização: 2012.

ALEMANHA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões					
País	2009	% do total	2010	% do total	
Frância	118	9,9%	106	10,1%	
Países Baixos	83	8,9%	73	7,0%	
Reino Unido	78	8,5%	69	6,6%	
Itália	76	8,5%	60	6,3%	
Áustria	69	5,8%	61	5,8%	
Estados Unidos	66	5,8%	58	5,5%	
Bélgica	60	5,0%	50	4,8%	
China	58	4,8%	54	5,1%	
Suécia	58	4,8%	50	4,7%	
Polónia	50	4,2%	46	4,4%	
...					
Brasil	12	1,0%	10	1,0%	
Subtotal	728,0	80,9%	644,8	61,3%	
Outros países	468,0	39,1%	407,5	38,7%	
Total	1.196	100,0%	1.052	100,0%	

As exportações do país são destinadas em grande parte aos seus vizinhos europeus. Os principais países parceiros foram: França, Países Baixos, Reino Unido e Itália. O Brasil obteve o 19º lugar entre os principais parceiros em 2010, participando com 1% do total.

ALEMANHA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
Países Baixos	142	13,8%	130	13,9%
Frância	83	8,0%	72	7,7%
China	82	7,9%	87	7,1%
Bélgica	70	6,7%	81	8,6%
Itália	56	5,4%	51	5,5%
Reino Unido	49	4,7%	44	4,7%
Áustria	46	4,4%	42	4,6%
Suíça	41	3,9%	37	3,9%
República Tcheca	41	3,9%	38	4,1%
Polónia	39	3,7%	35	3,8%
...				
Brasil	8	0,8%	7	0,8%
Subtotal	857,8	83,5%	864,8	82,6%
Outros países	386,9	37,4%	360,2	37,5%
Total	1.043	100,0%	935	100,0%

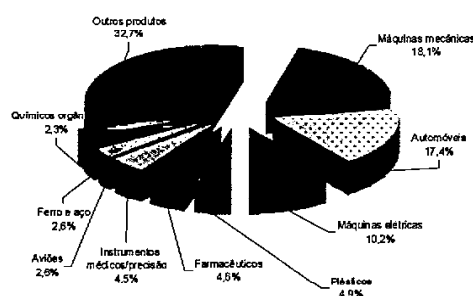
Elaborado pelo IBGE, CDP, UNCTAD, com base nos dados da Alemanha, fornecidos em novembro de 2011. Fonte: IBGE, CDP, UNCTAD.

A maior parte das importações alemãs são provenientes da Europa. Os Países Baixos são os principais fornecedores, respondendo por cerca de 14% do total em 2010. Em seguida destacaram-se a França, China, Bélgica e Itália que, em conjunto, somaram participação de 28% no total. O Brasil obtinha o 24º lugar, com 0,8% do total.

ALEMANHA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011 (jan-nov)	% no total
Máquinas mecânicas	243	18%
Automóveis	233	17%
Máquinas elétricas	137	10%
Plásticos	65	5%
Farmacêuticos	62	5%
Instrumentos médicos/precisão	60	4%
Aviões	35	3%
Ferro e aço	35	3%
Químicos orgânicos	31	2%
Papel	24	2%
Subtotal	925	68%
Outros produtos	438	32%
Total	1.363	100%

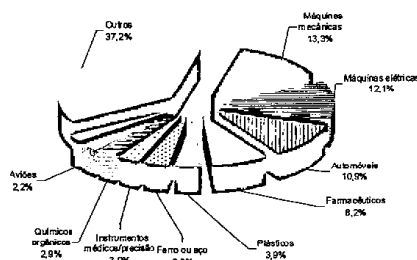


Elaborado pelo IBGE, CDP, UNCTAD, com base nos dados da Alemanha, fornecidos em novembro de 2011. Fonte: IBGE, CDP, UNCTAD.

Os 10 principais grupos de produtos exportados pelo país somaram 68% do período em em 2011, destacando-se máquinas mecânicas, automóveis, máquinas elétricas, plásticos e produtos farmacêuticos.

ALEMANHA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011 (jan-ago)	% do total
Combustíveis	154	13,3%
Máquinas mecânicas	140	12,1%
Máquinas elétricas	126	10,9%
Automóveis	95	8,2%
Farmacêuticos	45	3,9%
Plásticos	41	3,6%
Ferro ou aço	35	3,0%
Instrumentos médicos/precisão	33	2,9%
Químicos orgânicos	32	2,8%
Aviões	25	2,2%
Subtotal	728	62,8%
Outros produtos	432	37,2%
Total	1.160	100,0%



Os três principais produtos importados responderam por 36% da pauta em 2010. São eles: combustíveis (13%); máquinas mecânicas (12%) e máquinas elétricas (11%).

BRASIL-ALEMANHA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações brasileiras	7.211	8.851	6.175	8.138	9.039	6.780	5.421
Variação em relação ao ano anterior	26,7%	22,7%	-30,2%	31,8%	11,1%	14,4%	-20,0%
Importações brasileiras	8.666	12.027	9.869	12.554	15.213	11.251	10.675
Variação em relação ao ano anterior	33,3%	38,6%	-17,9%	27,2%	21,2%	23,8%	-5,1%
Intercâmbio Comercial	15.877	20.878	16.043	20.692	24.252	18.031	16.096
Variação em relação ao ano anterior	30,2%	31,5%	-23,2%	29,0%	17,2%	20,1%	-10,7%
Saldo Comercial	-1.455	-3.176	-3.694	-4.415	-6.174	-4.471	-5.254

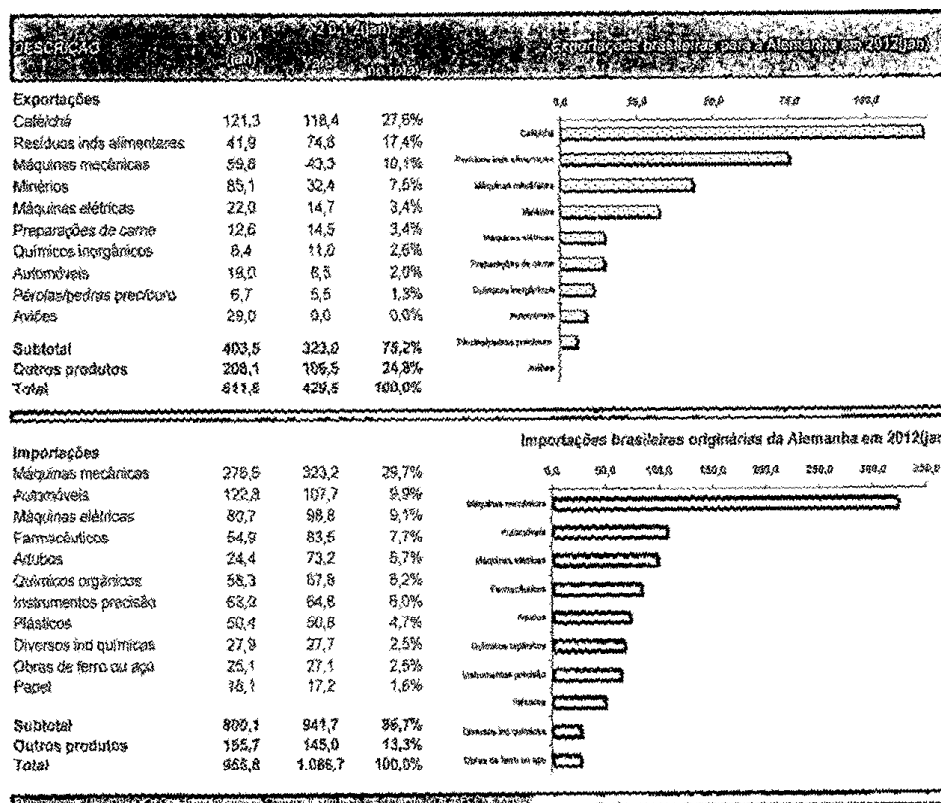
Elaborado pela IMRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

BRASIL-ALEMANHA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO

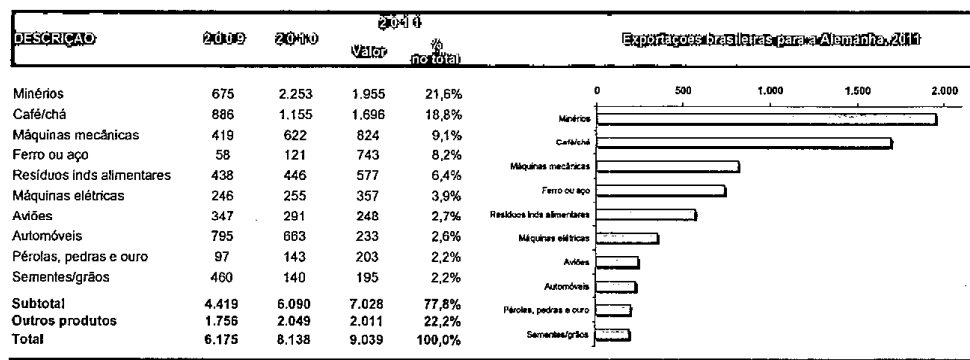
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXP/BRAS		IMP/BRAS	
	VALOR	PART%	VALOR	PART%
Básicos	4.951	54,6%	108	0,7%
Semimanufaturados	965	10,7%	587	3,9%
Manufaturados	3.082	34,2%	14.518	95,4%
Operações especiais	31	0,3%	0	0,0%
Total	9.039	100,0%	15.213	100,0%

BRASIL-ALEMANHA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob



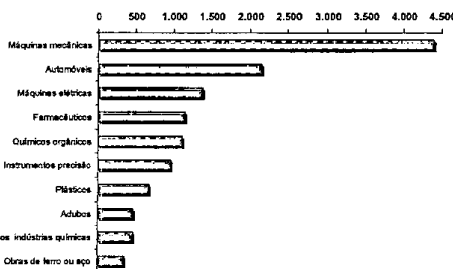
BRASIL-ALEMANHA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob



O principal produto exportado para os alemães é o minério de ferro. Na pauta brasileira, o minério de ferro corresponde com 22% do total exportado para o país, seguido se destacam café/chá (19%) e máquinas mecânicas (9%).

BRASIL-ALEMANHA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	%	
			Valor	(% do total)	
Máquinas mecânicas	2.688	3.194	4.394	28,9%	
Automóveis	1.118	1.804	2.151	14,1%	
Máquinas elétricas	809	1.098	1.378	9,1%	
Farmacêuticos	684	918	1.151	7,6%	
Químicos orgânicos	883	1.036	1.114	7,3%	
Instrumentos precisão	613	767	961	6,3%	
Plásticos	466	605	674	4,4%	
Adubos	510	451	462	3,0%	
Diversos indústrias químicas	303	362	462	3,0%	
Obras de ferro ou aço	241	294	347	2,3%	
Subtotal	8.314	10.529	13.092	86,1%	
Outros produtos	1.554	2.025	2.120	13,9%	
Total	9.869	12.554	15.213	100,0%	



As importações brasileiras originárias da Alemanha apresentaram alto grau de concentração. Os grupos de produtos máquinas mecânicas, automóveis e máquinas elétricas representaram quase metade do total da pauta nacional originária do país, em 2011.

Aviso nº 959 - C. Civil.

Em 5 de novembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 7/11/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:15279/2012

2

PARECER N° DE 2012

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento do Senado Federal nº 774, de 2012, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) objetivando a conciliação nacional e a paz.

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento do Senado Federal nº 774, de 2012, que requer seja apresentado voto de aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), objetivando a conciliação nacional e a paz.

O referido Requerimento, de autoria dos nobres Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro e Paulo Paim, fundamenta-se no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal e, conforme determina o seu §1º, foi distribuído a esse colegiado para que emita parecer.

Visa, o Requerimento em apreço, prestar homenagem ao presidente da vizinha República da Colômbia, por sua disposição de promover diálogo e negociações com as Farc, no intuito de se iniciar um processo de conciliação nacional que possa promover a paz naquele país.

Segundo explica a Justificação, a luta armada na Colômbia surgiu em 1948, dilacerando a sociedade daquela nação ao opor, de um lado, dois grupos de esquerda – as Farc e o Exército de Libertação Nacional – ELN – e do outro o Exército colombiano e os chamados “paramilitares”, organização de extrema direita responsável por grande número de atos violentos no país.

A Justificação dá conta de que somente nos últimos vinte anos morreram mais de setenta mil pessoas como consequência das hostilidades, em sua maioria civis desarmados. Foram dizimados, entre estes, sindicalistas (mais de dois mil e quinhentos, nos últimos dez anos), advogados (duzentos e setenta e oito, entre 1979 e 1991) e estudantes universitários (mais de trinta, entre 2001 e 2008). Ademais, quatro candidatos à presidência da Colômbia foram assassinados, alguns em plena campanha eleitoral.

A linha dura contra as Farc adotada pelo governo de Álvaro Uribe, antecessor de Juan Manuel Santos, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América, não foi capaz de superar o conflito, embora tenha logrado reduzir a capacidade militar do grupo guerrilheiro.

Em sua Justificação, os autores salientam que

(...) o Brasil tem interesse estratégico no arrefecimento da tensão naquele país. Além dos laços de amizade que unem Brasil e Colômbia, deve ser considerado o fato de que temos grande fronteira com esse vizinho. Destaque-se que tal fronteira é extremamente porosa e escassamente povoada, o que permitiria fáceis e numerosas infiltrações em território nacional, caso os conflitos na Colômbia se agravem. É preciso levar em consideração, ainda, as ramificações do narcotráfico colombiano dentro das fronteiras brasileiras, que tanto contribuem para o aumento da nossa violência urbana.

Cita, ademais, o momento auspicioso que vive a América do Sul, com progresso econômico e social sustentável, apesar da crise a assolar as economias mais desenvolvidas.

E, finalmente, refere-se ao conflito interno colombiano como uma “anomalia regional”.

II - ANÁLISE

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

O anúncio realizado pelo novo presidente colombiano, de que há “conversações preliminares” com as Farc com vistas a se iniciar um processo de paz, repercutiu amplamente na imprensa internacional, e trouxe esperança a milhares de colombianos que há décadas vêm enfrentando uma verdadeira guerra civil em seu país.

Conforme declarou o chanceler Antônio Patriota por ocasião de recente visita à Colômbia as negociações em curso consolidam a imagem da América do Sul como zona de paz e demonstram que nossas sociedades rechaçam a violência de onde quer que venha.

Ademais, do ponto de vista de nossa segurança nacional, ao Brasil interessa sobremaneira a pacificação do território contíguo à ampla fronteira que temos com a Colômbia, pelos motivos já bem explanados pelos autores da proposição em sua Justificação.

Por fim, registre-se que a proposição está em perfeita consonância com as diretrizes da política externa brasileira e com os princípios constitucionais da República Federativa do Brasil, que privilegiam a paz e a integração da América Latina.

É, portanto, louvável e oportuna a iniciativa dos nobres Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro e Paulo Paim, ao requererem voto de aplauso ao Presidente da República da Colômbia por sua disposição de promover um diálogo com as Farc, objetivando a conciliação nacional e a paz.

III - VOTO

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do
Requerimento do Senado Federal nº 774, de 2012.

Sala das Comissões,

,Presidente

,Relator



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 774, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua anunciada disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com o objetivo de promover a conciliação nacional e a paz.

JUSTIFICAÇÃO

O presidente colombiano Juan Manuel Santos confirmou, ao seu país e ao mundo, no último dia 27 de agosto, em um curto pronunciamento televisionado, de que há "conversações preliminares" com as FARC, com vistas a se iniciar um processo de paz, "cujos resultados serão apresentados nos próximos dias".

Trata-se de uma notícia extremamente alvissareira e há muito esperada.

Com efeito, a luta armada na Colômbia tem uma longa história. Surge em 1948, quando teve início o chamado período da "violência". É um fenômeno com raízes profundas na história e na sociedade colombianas.

Observe-se que a luta armada acentuou-se nas duas últimas décadas, opondo, de um lado, dois grupos de esquerda – as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) - e, do outro, o Exército colombiano e os chamados “paramilitares”, organizações de extrema direita que, segundo denúncias generalizadas, são responsáveis pela maioria dos atos violentos do país.

Trata-se, na realidade, de uma grande tragédia, que afeta não apenas o nosso vizinho, mas todo o subcontinente da América do Sul.

Somente nos últimos 20 anos, morreram mais de 70.000 pessoas, em sua maioria civis desarmados, como consequência das hostilidades. Ademais, a Colômbia tem cerca de 3,5 milhões de refugiados internos, superando o Sudão nessa triste estatística.

Quatro candidatos à presidência pertencentes a grupos da oposição foram assassinados na Colômbia, alguns em plena campanha eleitoral. Foram eles Jaime Pardo (União Patriótica), em 1987, Luis Carlos Galán (Novo Liberalismo), em 1989, Carlos Pizarro (Ação Democrática/M-19) e Bernardo Jaramillo (União Patriótica), estes últimos em 1990.

A Colômbia é também o país com maior número de sindicalistas assassinados no mundo. Só nos últimos 10 anos, mais de 2.500 sindicalistas foram mortos em seus locais de trabalho ou em suas casas. Seis em cada 10 sindicalistas assassinados no mundo são colombianos.

A Comissão Internacional de Juristas denuncia que, entre 1979 e 1991, 278 advogados foram assassinados na Colômbia. Estudantes universitários denunciam também que, de 2001 até 2008, mais de 30 alunos foram assassinados por grupos paramilitares.

O conflito é tão grave que o governo conservador colombiano do presidente Andrés Pastrana decidiu, em meados da década de 90 e rompendo um hiato de mais de 15 anos, levar adiante um processo oficial de negociação com as FARC e o ELN, para buscar uma solução negociada. Tal processo incluía a concessão de uma área para as FARC e a criação de uma zona de desmilitarizada de 42.000 quilômetros quadrados para evitar conflitos armados.

Infelizmente, esse processo de negociações fracassou.

O governo Uribe, que antecedeu o governo Santos, adotou uma linha dura contra as FARC, com o apoio decidido dos EUA. Assim, todos os diálogos foram encerrados. Embora o governo Uribe tenha conseguido reduzir a capacidade militar das FARC, o que é importante para criar condições propícias à negociação, não houve êxito na superação definitiva do conflito. Ultimamente, tem havido um recrudescimento da violência na Colômbia.

É evidente, assim, que o conflito interno colombiano não será extinto apenas pela força das armas. É necessária também, e sobretudo, a negociação.

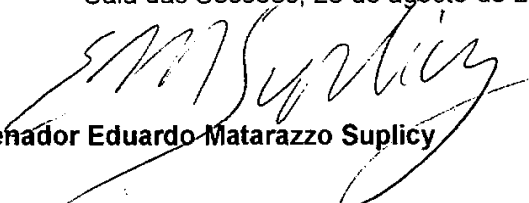
Essa disposição do presidente Juan Manuel Santos de dar uma nova oportunidade à paz é, portanto, uma atitude que deve ser aplaudida por todos.

Salientamos que o Brasil tem interesse estratégico no arrefecimento da tensão naquele país. Além dos laços de amizade que unem Brasil e Colômbia, deve ser considerado o fato de que temos grande fronteira com esse vizinho. Destaque-se que tal fronteira é extremamente porosa e escassamente povoada, o que permitiria fáceis e numerosas infiltrações em território nacional, caso os conflitos na Colômbia se agravem. É preciso levar em consideração, ainda, as ramificações do narcotráfico colombiano dentro das fronteiras brasileiras, que tanto contribuem para o aumento da nossa violência urbana.

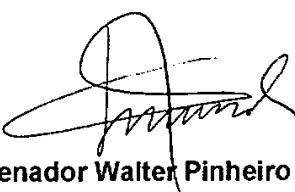
O nosso subcontinente vive um bom momento histórico. Estamos progredindo econômica, social e politicamente, e investindo, cada vez mais, em nossa integração. Nesse novo contexto, o conflito interno colombiano, que tem ecos da Guerra Fria, é uma anomalia regional que precisa ser superada, no prazo mais breve possível.

Assim sendo, julgamos que o Senado Federal deva se pronunciar favoravelmente a essa nobre e promissora iniciativa do presidente colombiano Juan Manuel Santos.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2012



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



Senador Walter Pinheiro



(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 29/08/2012.